

NACIONAL + pag/5

**GOVERNO DERROTA A
GREVE DE 114 DIAS DOS
SERVIDORES DO INSS**

INTERNACIONAL + pag/28

**CONTRADIÇÕES
DA ECONOMIA
CHINESA**

NOTAS HISTÓRICAS + pag/18

**24 de dezembro de 1979
URSS invade
o Afeganistão**

**Governo Lula anuncia corte bilionário
no orçamento e *movimentos e sindicatos
se colocam favoráveis ao ajuste fiscal*
– é preciso superar as direções
conciliadoras para defender as
reivindicações imediatas das massas**

EDITORIAL + pag/2

EDUCAÇÃO

**Governo
aprofunda
destruição
do ensino
público**

+ pag/10

NACIONAL + pag/4

**TODO APOIO
À GREVE DOS
PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO!**

INTERNACIONAL EDITORIAL / + pag/19

**As tendências bélicas
ameaçam afundar
as massas mundiais
na barbárie, e na fome
e miséria**

INTERNACIONAL

/ Burguesias e governos árabes diante do genocídio palestino – Parte I



**PAÍSES ÁRABES DENUNCIAM ISRAEL, MAS MANTÊM
RELAÇÕES QUE FAVORECEM O GENOCÍDIO PALESTINO**


PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Governo Lula anuncia corte bilionário no orçamento e movimentos e sindicatos se colocam favoráveis ao ajuste fiscal – é preciso superar as direções conciliadoras para defender as reivindicações imediatas das massas

 No final de novembro, o ministro da economia, Fernando Haddad, anunciou o pacote de ajuste fiscal, com cortes de 30 bilhões de reais para o orçamento de 2025, e 40 bilhões para o orçamento de 2026, totalizando 70 bilhões, só nos próximos dois anos. A medida, que já havia sido anunciada há semanas, em linhas gerais, pela equipe econômica do governo, é apresentada como “necessária” para garantir o cumprimento do Arcabouço Fiscal. Como temos denunciado desde a constituição deste governo, o Arcabouço Fiscal é sua política essencial, de proteção ao parasitismo financeiro, e implica sucessivos cortes orçamentários nas áreas sociais (saúde, educação, benefícios assistenciais e previdenciários, arrocho sobre o salário mínimo, etc.). Junto ao anúncio, inclusive, Haddad deixou claro que não descarta novos cortes no futuro. Quer dizer, seguirá o caminho das contrarreformas nos próximos anos, visando a cortar ainda mais direitos dos assalariados, em benefício do capital financeiro.

A medida mais importante do pacote é a revisão da regra para “valorização” do salário mínimo. Atualmente, a regra aplicada é de que, anualmente, o salário mínimo é reajustado pela inflação (INPC), mais a variação (se positiva) do PIB no ano anterior. Com a regra do novo pacote, o salário mínimo terá um teto de reajuste real (acima da inflação) de 2,5%. Isto sob o argumento de que o salário mínimo tem reflexos nos benefícios previdenciários (pensões e aposentadorias), trabalhistas (seguro-desemprego) e assistenciais (BPC). Ao mesmo tempo em que o DIEESE calcula que o salário mínimo para manter uma família com o mínimo de dignidade deveria ser de R\$ 6.767,87. Limitando o reajuste do salário mínimo, se rebaixam as condições de vida imediata das massas, e se destroem suas condições de aposentadoria e seus direitos adquiridos.

O Governo Federal, em uma tentati-

va de dourar a pílula da amarga medida do corte bilionário, anunciou, junto com o pacote de austeridade, a proposta de isenção no imposto de renda dos trabalhadores que recebem até R\$ 5.000 mensais (a partir de 2026), uma promessa de campanha do governo, ao mesmo tempo em que, para compensar a queda na arrecadação, aumentaria a alíquota dos que recebem renda mensal acima de R\$ 50.000. A manobra funcionou. Mesmo com a essência do pacote sendo de ajuste fiscal, e com a medida de isenção dos que ganham até R\$ 5.000 só começar a valer, se aprovado pelo Congresso, em 2026, enquanto os cortes orçamentários são imediatos, os principais movimentos, sindicatos e centrais sindicais saíram em defesa da medida do governo. A CUT, por exemplo, divulgou uma nota no dia seguinte, dizendo que *“A nossa luta será dentro e fora do Congresso Nacional. Reconhecemos que dentro do pacote apresentado pelo ministro há avanços para a classe trabalhadora, que devem ser mantidos; mas a CUT estará vigilante neste processo, para que não soframos perdas. Este é um momento decisivo para o Brasil. É hora de união, luta e resistência”*. Como se vê, tomam o acessório pelo essencial, e saem em defesa de um pacote de corte de gastos de 70 bilhões de reais!

O fato de o capital especulativo realizar um ataque contra o governo federal, que levou o dólar a ultrapassar os R\$ 6,00, e da queda geral das ações na bolsa de valores, não transforma a medida do governo em “progressiva”, apenas expressa que o capital financeiro pressiona por cortes mais profundos nas áreas sociais, para garantir o seu parasitismo sobre o orçamento público. O fato de o governo burguês de frente ampla ser apoiado e sustentado pelas direções sindicais, populares e políticas leva a que essas direções atuem como agentes diretos do governo no interior das organizações de massas, defendendo as medidas que destroem e rebaixam as condições de existência da

maioria nacional oprimida. Elas abandonaram as bandeiras e reivindicações que guiaram os sindicatos, para defender, pelo menos, as condições de vida imediata dos escravos assalariados. Adotaram as bandeiras e programas da burguesia, que pretende destruir, até onde possível, essas condições de vida, para continuar sugando lucros, à custa da miséria generalizada. É por isso que as contrarreformas continuam sendo aplicadas, e é o próprio governo “popular” que decide novas medidas para ampliá-las, porque conta com a completa subserviência das direções. O que permite também que se imponha uma feroz ofensiva contra direitos democráticos e civis, a exemplo do aborto, ou a ampliação da discriminação e da desigualdade racial. Quando se os atacam, pretendem subordinar ideologicamente as massas à direitização burguesa, especialmente justificando com as “pautas de costume” os novos cortes a programas sociais, cortando orçamentos, mantendo diferenciações salariais, sucateando a saúde, etc.

Profundas e graves derrotas dos assalariados ocorreram este ano. Para que isso fosse possível, foi imprescindível a cumplicidade das direções sindicais e populares, comprometidas até o tutano com a política burguesa. Deixaram o terreno livre aos capitalistas e governos para atacarem fundo as condições de vida e trabalho dos assalariados e dos demais oprimidos. Abandonaram bandeiras históricas dos trabalhadores para negociar, no campo dos exploradores e seus governos e com uma fortalecida burocratização sobre as organizações de massas, o plano de ajustes, cortes e ataques da burguesia. Este episódio expressa o fenômeno político de maior estatização dos sindicatos e movimentos sociais, que se agravou com a eleição e constituição do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Ao se colocarem em defesa desse governo burguês, são obrigados a defender os ataques contra a vida das massas, abandonar as

reivindicações imediatas dos assalariados, e conter as tendências de luta, com o cerceamento ou cancelamento da democracia sindical. Em nome do “combate ao fascismo”, e da defesa da democracia perante as ameaças de golpe, aplicam uma política de conciliação e colaboração com os governos burgueses (sejam da extrema direita ou da frente-ampla), que aproveitam a oportunidade para intensificarem as privatizações, quebra de direitos diversos, terceirizações, violência policial, etc.


É necessário, e com urgência, orga-

nizar as oposições sindicais classistas e avançar no sentido de construir uma oposição revolucionária no interior dos sindicatos e centrais, para defender os interesses imediatos dos assalariados, lutar contra os ataques dos governos e patrões e contra a burocracia sindical conciliadora e traidora, que desvia a luta para os caminhos eleitorais, parlamentares e da justiça burguesa. Somente com independência de classe é possível defender os assalariados e impulsionar as lutas com o método da ação direta (assembleias, atos, ocupa-

ções, greves, etc.)! A luta em defesa dos empregos, salários e direitos a partir dos métodos da luta de classes é a forma com que conseguiremos combater os ataques aos explorados e à maioria nacional, e assim abriremos uma via para que a luta de classes dê um salto à frente, o que permitirá potenciar as tendências de combate à burguesia, sob o programa e estratégia revolucionária do proletariado, e dar passos firmes na superação da crise de direção revolucionária construindo um verdadeiro partido revolucionário e internacionalista ●

NACIONAL

Ataque ao orçamento público pelo governo de Frente Ampla de *Lula/Haddad*

 No dia 27 de novembro, o ministro petista Fernando Haddad anunciou o conjunto de medidas que comporão o pacote de cortes no orçamento para 2025 e 2026, de modo a atender as regras do Arcabouço Fiscal. É uma série de medidas que afetam duramente os mais explorados, os mais miseráveis do país. O objetivo é “economizar” R\$ 70 bilhões do orçamento público entre 2025 e 2026, para atender as metas do programa fiscal.

Entre elas, a mais dura, é a da limitação do aumento do salário mínimo. Se os primeiros mandatos do PT à frente do governo federal foram marcados pelo aumento do salário mínimo acima da inflação (ainda que mantida a miséria salarial), agora o governo petista assume a política, já adotada por outros governos, de limitar anualmente o crescimento do salário mínimo. A fórmula adotada é a que o Arcabouço Fiscal criou: máximo de 2,5%, mesmo que o PIB dos anos anteriores tenha sido superior a esse percentual – em valor real, o salário mínimo poderá ser reduzido. Significa, de forma clara, que a exploração do trabalho se intensificará na década. Alguns economistas apontam que a “economia” do governo com a medida deve ultrapassar mais de R\$ 100 bilhões até o final da década, já que, vinculado ao salário mínimo, estão as aposentadorias e auxílios assistenciais, como o BPC. A limitação do aumento do salário mínimo deve representar cerca de 1/3 de toda “economia” proposta pelos cortes, ou seja, cerca de R\$ 24 bilhões nos próximos dois anos.

Afetando também os mais pobres, estará a mudança de faixa para quem pode receber o Abono salarial anual. O benefício, que era pago anualmente para quem recebia até R\$ 2.824, deve baixar para atender a quem recebe até R\$ 2.640.

Essas duas medidas, aliadas ao chamado “pente fino” nos benefícios sociais (BPC, auxílio-doença e outros), buscam atender aos interesses do capital financeiro. A prerrogativa da política econômica é que o máximo do orçamento público seja despejado para os credores da Dívida Pública. Só esse ano, a previsão era que se pagasse mais de R\$ 700 bilhões em juros, e se arrolasse a Dívida em mais R\$ 1,4 trilhão, mantendo-a perpetuamente.

Além das medidas já anunciadas, especula-se sobre a “necessidade” de quebrar os valores constitucionais mí-

nimos para saúde (15%) e educação (18%), vinculados ao orçamento da União. Sabemos que as conquistas “constitucionais” não são eternas, e sempre estiveram aquém das necessidades da população. Desde os governos de FHC, já se criaram mecanismos para quebrar os percentuais mínimos, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que existe até hoje, e o comprova.

Mesmo que o pacote de Haddad traga também mudanças na aposentadoria de militares e sugira mudanças na taxa do Imposto de Renda, seu objetivo principal é cortar recursos de serviços públicos essenciais, atingir os mais pobres e cumprir com as metas do Arcabouço Fiscal. Ignorar essa essência é atuar contra os interesses do conjunto dos assalariados, dos explorados do país, como a CUT o faz, ao lançar a nota “Nota da CUT sobre o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo ministro Fernando Haddad”, que destaca esses pontos apresentados como “históricos”, mas ignora que a essência é manter na miséria a maioria nacional.

As esquerdas e as direções das principais Centrais e sindicatos do país, dirigidas pelo petismo e seus satélites, são, desgraçadamente, governistas. Não querem organizar um movimento nacional contra o ajuste fiscal, contra a política econômica pró-imperialista, pró capital financeiro do atual governo. Enquanto divulgam todo o “esquema golpista” de Bolsonaro e seus aliados, omitem esse golpe contra os interesses vitais da população assalariada.

É preciso denunciar as traições das direções, assim como a ação do governo neoliberal e pró-imperialista. Assim como é necessário impulsionar as lutas pelas reivindicações elementares dos exploradores e dos assalariados, como as de salário (como ocorreram ao longo do ano) e as de redução da jornada sem redução salarial (como a que se vê na luta contra a escala 6x1). Apenas as lutas nas ruas, a paralisação do trabalho, as greves, as ações diretas, em geral, podem colocar contra a parede os burocratas sindicais e as esquerdas traidoras, bem como mais esse governo burguês, que busca jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise estrutural do capitalismo. A luta pelos empregos, pelos salários e pelos direitos, a partir dos métodos da luta de classes, é meio pelo qual poderemos combater mais esse ataque contra os assalariados e a maioria nacional. ●

TODO APOIO À GREVE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ATAQUES DO GOVERNO DA FRENTE AMPLA

Os salários e condições de trabalho dos profissionais da educação (professores e funcionários administrativos) do município do Rio de Janeiro vieram se agravando nos últimos anos; indicamos, entre outros: 1) Estudo do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, sindicato que congrega tanto profissionais da educação do Estado quanto dos municípios) em conjunto com o DIEESE, apontou que desde 2019 os salários foram arrochados em 22,50%; 2) Em 2021, a contribuição previdenciária foi elevada de 11% para 14%, confiscando parte dos salários; 3) Vale-refeição congelado no valor de R\$ 12,00, desde 2012; 4) Política de contratação precária de professores por tempo determinado, que desde a aprovação da Lei 8666/2024 pode ser prorrogado por até seis anos!

Não contente com o quadro de precarização, no início de novembro, o Prefeito encaminhou à Câmara Municipal o PLC 186/2024, que prevê, entre outros ataques, o aumento da quantidade de aulas dos professores, por meio da manobra da “minutização”, aumentando de 26 para 32 aulas por semana, sem aumento salarial, além de criar regras para di-

ficultar a retirada de férias e o fim da licença-prêmio.

INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO E DA GREVE

O PLC gerou um profundo descontentamento entre os professores da rede, que lotaram a assembleia no dia 12/11, e que aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de 25/11, com a reivindicação central de retirada do PLC 186/2024, e derrubada da Lei 8666/2024.

Diversos atos e manifestações foram realizados nas semanas seguintes.

No dia 25/11, primeiro dia da greve, houve uma nova assembleia massiva na quadra da Escola de Samba São Clemente, com a presença de mais de 2.000 servidores, que reforçaram a greve e aprovaram um calendário de mobilização.

No dia 26/11, houve ato e ocupação do Plenário da Câmara de vereadores contra o PLC 186. A desocupação ocorreu por volta de 21h, após o presidente da Câmara afirmar que o PLC não será votado esta semana.

REPRESSÃO ESTATAL CONTRA O MOVIMENTO

O Prefeito ingressou com ação da Justiça para determinar a ilegalidade da greve e impor multa ao Sindicato e aos seus dirigentes. No dia 28/11, houve decisão do Presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Cardozo, determinando: 1) que a greve é ilegal porque não houve aviso prévio de 48h da greve, conforme determina a lei de greve; 2) Impondo multa, se houver descumprimento, de R\$ 500.000,00 ao Sindicato, e de R\$ 5.000,00 para cada diretor do sindicato, por dia de descumprimento; 3) Au-

torizando o corte de ponto dos grevistas.

O SEPE respondeu que o aviso prévio ocorreu desde a assembleia do dia 12/11, e que se trata de uma medida anti-greve, bem como que a decisão do fim da greve caberia à categoria, que, no dia seguinte, 29/11, em assembleia também massiva, decidiu pela continuidade do movimento!

Além da violência reacionária do Poder Judiciário, os manifestantes têm entrado em choque com a Guarda Civil Municipal e com a Polícia Militar do governador Cláudio Castro (PL). No dia 25/11, houve inclusive a prisão de um professor, que depois foi liberado.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO GREVISTA

O movimento se encontra diante de algumas barreiras. De um lado, conta com a repressão unificada do Prefeito “democrático” (expressão da Frente Ampla, que contou com o apoio eleitoral do PT e PCdoB) e do governador ultra-direitista. A greve, para ser vitoriosa, precisa não se curvar à repressão do Poder Judiciário, que se baseia na lei antigreve para realizar todo tipo de ataque ao movimento grevista. Neste sentido, a decisão da assembleia do dia 29/11 foi importante, porque não se subordinou à “legalidade” estatal repressiva.

De outro lado, conta com o bloqueio das lutas dos profissionais da educação de outros estados e da CNTE, bem como de outras categorias, que aplicam a política sindical de se subordinar à Frente Ampla e, portanto, se negam a levantar qualquer reivindicação e métodos de



O PLC gerou descontentamento entre os professores da rede, que lotaram a assembleia no dia 12/11, e que **aprovaram greve por tempo indeterminado a partir de 25/11, com a reivindicação central de retirada do PLC 186/2024, e derrubada da Lei 8666/2024.**

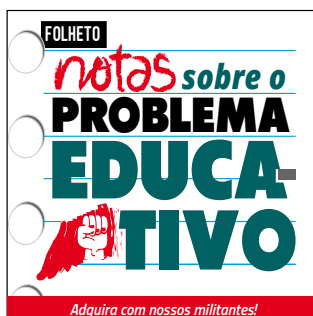
luta que se choquem com os governos de plantão, isolando a luta dos profissionais da educação do município do Rio de Janeiro.

O movimento grevista, para ser vitorioso, deve continuar com os métodos da ação direta, paralisando as escolas, chamando a categoria para as manifestações, passeatas e atos. A real força da greve é parar as escolas e projetar a luta nas ruas! ●

Em defesa da Greve dos profissionais da educação do município do Rio de Janeiro!

Derrubar nas ruas o PLC 186/2024 e a Lei 8666/2024!

Em defesa dos salários e empregos! Efetivação/ estabilidade para todos os contratados! Abaixo a lei antigreve!



GOVERNO DERROTA A GREVE DE 114 DIAS DOS SERVIDORES DO INSS

A greve dos servidores do INSS durou 114 dias. Começou no dia 16/07, e foi encerrada no dia 06/11.

A pauta de reivindicações era de reajuste salarial e a reestruturação da carreira, conforme acordo com o governo feito na greve de 2022 (quando Bolsonaro era presidente). Há seis anos sem concurso público e reposição de funcionários, o quadro de servidores vem diminuindo (com aposentadorias e falecimento de servidores), enquanto a quantidade de trabalho tem aumentado e se intensificado, com a digitalização dos processos administrativos previdenciários.

GREVE DERROTADA PELA POLÍTICA DE AUSTERIDADE/ARCABOUÇO FISCAL

O Governo Lula (PT) se mostrou intransigente na aceitação de qualquer uma das reivindicações da pauta, e ainda anunciou o congelamento da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e rebaixou a carreira, ao aumentar a evolução funcional de 17 para 20 padrões e 4 classes. Estas mudanças são aspectos da reforma administrativa, que rebaixam a evolução funcional e abrem caminho ao rebaixamento salarial e terceirização via contratos temporários, para cobrir a falta de funcionários, a exemplo do que acontece na educação. Ainda não aprovada formalmente pelo Congresso, a Reforma administrativa é aplicada pelo governo na prática, destruindo direitos trabalhistas.

A intransigência do Governo Federal, mesma postura que teve com as demais categorias em greve (instituições federais de ensino, Correios, etc.), deve-se fundamentalmente à defesa do Arcabouço Fiscal, que é uma política essencial do governo, que serve para preservar os interesses dos capitalistas que parasitam o orçamento federal por meio dos juros da dívida pública, já que qualquer reajuste para os servidores representa menos verba para o capital financeiro.

SOBRE O ISOLAMENTO DA GREVE

Uma das principais explicações para a derrota da greve se dá pelo seu isolamento. Se a greve dos servidores do INSS tivesse ocorrido ao mesmo tempo e em unidade com as greves ocorridas

meses antes dos funcionários e professores das universidades federais e dos trabalhadores dos Correios, certamente o movimento teria sido mais forte.

No entanto, as direções corporativas e burocratizadas dos sindicatos envolvidos não procuraram a unidade na luta, pelo contrário, estavam mais preocupadas em não impulsionar as reivindicações imediatas de suas categorias, isto porque estão submetidas à política de defesa do Governo de Frente Ampla. A vacilação da burocracia do ANDES de entrar na greve, mesmo após a Fasubra (funcionários) já estar em greve há semanas, evidencia bem este fenômeno.

A própria direção dos Sindicatos e Federações que representam os servidores do INSS apresentou a pauta corporativa de caracterização de Analista do INSS (categoria mais numerosa) como “carreira típica de estado”. Tal defesa implica, na prática, a capitulação à reforma administrativa em curso, que prevê a separação entre “carreiras típicas de estado” (magistrados, oficiais militares, promotores públicos, analista da receita, etc.) e “carreiras não típicas”, com a consequente perda de direitos para as segundas, como o fim da estabilidade, remoção compulsória, etc. As direções assumiram a política divisionista do governo, quando a unidade grevista sob um plano comum de reivindicações estava, de fato, colocada pelas condições objetivas dos ataques e as necessidades dos trabalhadores.

POLÍTICA DE LOBBY EM DETRIMENTO DA AÇÃO DIRETA

Um outro problema da greve foi o predomínio da pressão parlamentar e sobre o governo, com as idas aos gabinetes dos ministros e congressistas, em detrimento das manifestações de ruas, passeatas, ocupações, etc. A subordinação ao governo Lula se reflete nos sindicatos e nas greves como abandono da luta e da ação direta (métodos próprios dos assalariados) pela subordinação às instituições (campo político próprio dos patrões).

Embora a adesão tenha sido forte, principalmente nos primeiros meses da greve, o movimento, ao não assumir os métodos da ação direta, ter-

minou por isolar os grevistas em suas casas, o que aumentou a pressão para que retornassem ao trabalho.

REPRESSÃO DO GOVERNO FEDERAL

O Governo Federal ingressou na justiça burguesa e, com base na lei antigreve, conseguiu uma decisão judicial para que o mínimo de 85% dos trabalhadores garanta os serviços básicos, e está aplicando o corte de ponto aos grevistas.

Depois, diante da continuidade do movimento, assinou um acordo de fim de greve com um sindicato governista biônico, que não fez parte do movimento grevista, similar ao que fez com o PROIFES (no caso das universidades federais), tentando confundir e dividir o movimento.

No dia 20/09, o governo publicou um Ofício da Presidência do INSS, determinando que, a partir daquela data, os diretores das unidades realizassem o corte de ponto dos grevistas, com a marcação de falta injustificada. O objetivo, além de atingir o bolso dos grevistas, era preparar as perseguições políticas, com exonerações de servidores em estágio probatório, abertura de processos administrativos disciplinares por abandono de emprego, etc.

CONCLUSÃO

O governo de Lula/Alckmin é de continuidade e avanço das contrarreformas anti operárias e pró-burguesas. A reforma administrativa, que destrói direitos e rebaixa salários, foi anunciada por Bolsonaro e continuada e aplicada por Lula. Trata-se de mais uma traição do governo burguês e pró-imperialista de Lula às condições de vida dos assalariados.

Quanto à derrota do movimento grevista, é fruto, portanto, da combinação, de um lado, da posição intransigente e repressiva do governo pró-capital financeiro (que sustenta o Arcabouço fiscal, atacando os serviços e os servidores públicos), e de outro, da colaboração das direções sindicais com a política antinacional e antipopular do governo de frente ampla, que não unificaram o movimento grevista e, quando a greve estava em andamento, atuaram fundamentalmente pela “pressão em Brasília” e na aposta das mesas de negociação. ●

Tarcísio mete a PM no metrô visando *reprimir as greves e as lutas* por direitos, empregos e contra a privatização

O sindicato de Metroviários alertou sobre um acordo entre o governo Tarcísio e a direção do Metrô, assinado no dia 21/11, que aprova a atuação da PM na segurança e controle do funcionamento do serviço metroviário. Segundo denuncia, *“Seu objetivo de atacar ainda mais o direito de greve dos metroviários, um ataque gravíssimo que convoca os PMs para operar trens no plano de contingência”*.

Se confirmada a informação, a PM será parte do quadro de funcionários, via plano de “contenção de emergências” da empresa, para, de um lado, substituir o serviço de segurança em casos de greves, e, de outro, liberar a diretoria da empresa de aguardar de-

cisão judicial para a PM atuar – se for necessário. Assim, o governo aprofunda a centralização autoritária do funcionamento dos serviços, porque sabe que poderá enfrentar a resistência à privatização, que vem acompanhada de desemprego e destruição de direitos. Procura então “ganhar tempo”, metendo o braço armado do estado dentro do Metrô.

A direção sindical afirma que *“irá tomar as medidas necessárias para barrar este convênio”*. Mas, continua com suas denúncias, sem aprovar qualquer medida de ação direta à altura desse ataque. A política vacilante e declaratória permite ao governo ter mãos livres para continuar atacando

a categoria. É essa inação que favorece o aprofundamento do privatismo no monotrilho e na linha 5, e encoraja Tarcísio a continuar atacando.

A única “medida necessária” a ser tomada é a greve em unidade com os usuários. Quanto mais demorar a direção em dar essa resposta, mais fácil será para o governo, a polícia e a empresa imporem seus planos. Se a direção não se compromete com essa luta, será preciso que as bases e a vanguarda que queiram lutar para defender direitos e empregos impeçam a privatização e imponham a reestatização sem indenização das empresas que já foram privatizadas, por meio da luta de classes. ●

A Direção burocrática da Apeoesp se *recusa a chamar assembleia para que os professores definam um calendário de lutas*, para enfrentar os vários ataques de Tarcísio/Feder

O ano se encerra, e os inúmeros ataques do governo de São Paulo se intensificam. Através de suas várias resoluções, o governo ampliará, para o próximo ano, a já estafante jornada, impondo a hora/aula de 50 minutos. Com a mudança na grade curricular, diminuiu também, drasticamente, as aulas das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Geografia e História e Ciências, tanto no ensino fundamental quanto no médio. A medida, atrelada ao fechamento de salas e turnos, ampliará o número de professores adidos entre os efetivos, e o desemprego entre os contratados. Segundo o levantamento da Apeoesp, até o momento, já foram fechadas 165 salas para o próximo ano, em 66 escolas e 32 diretorias de ensino. Os números com certeza são bem maiores, já que metade das escolas não informou os dados.

Em várias escolas de Período Integral, os diretores têm aplicado a avaliação 360, demitido e realocado centenas de professores. Essa avaliação é um instru-

mento de poder nas mãos dos diretores contra os professores mais críticos, que questionam o autoritarismo da esmagadora maioria das direções, que funcionam como uma correia de transmissão da política autoritária do governo.

Em Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo, o diretor da escola Benedito Miguel Carlota jogou para fora 12 professores, de uma só vez. Os alunos saíram em defesa dos professores, e fizeram protestos dentro e fora da escola. Os adolescentes ainda alegam que suas senhas foram resetadas e, quando foram ver as avaliações dos professores, ela já estava feita, jogando as notas para baixo.

A Corrente Marxista Guilherme Lora ajudou professores e alunos nos protestos, o último ocorreu na diretoria de ensino, exigindo a reintegração desses professores. A diretoria abriu apuração preliminar para verificar o “indício de fraude” por parte da direção. O problema é que o processo só finaliza depois do processo de atribuição de aulas, o que poderá prejudicar os professores.

O mais vergonhoso dessa história é que o diretor é também suplente do Conselho Estadual de Representantes da Apeoesp, e membro da secretaria adjunta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O supervisor da escola, que agiu em conluio com o diretor, é também diretor da Apeoesp na região. O caso mostra de forma concreta a venalidade e cumplicidade da direção do sindicato com uma medida do governo que ataca o direito e o emprego da categoria que diz defender. Um exemplo mais do apodrecimento das direções pelegas, que se converteram em completos traidores da categoria, aplicando as medidas de privatização, terceirização e demissões.

GILMAR MENDES CASSOU A LIMINAR QUE IMPEDIA A TRANSFORMAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM SÃO PAULO

O ministro do STF suspendeu a liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo, que impedia a mudança das escolas para

o modelo cívico-militar. A lei 1398, que foi votada em maio deste ano, foi questionada na justiça pelo sindicato, que obteve uma liminar favorável contra a implementação do modelo. Na época, a CSM-GL percorreu as escolas para fazer a campanha contra a falaciosa consulta. A direção regional da Apeoesp não visitou nenhuma das 4 escolas na região que estão elegíveis para o programa, que objetiva a sua implementação em até 100 escolas em todo o estado.

Segundo o modelo, a Secretaria de Educação será responsável pela implementação do currículo, e as escolas serão administradas por oficiais da reserva, que ganharão quase o dobro do salário dos professores.

O governo alega que o modelo terá por objetivo “resgatar os valores cívicos”, com aulas de civismo. Os critérios para a escolha levam em conta a situação de “vulnerabilidade” das escolas e os baixos índices no IDESP. Na verdade, a intenção do governo é controlar a juventude das periferias, impondo a elas cada vez mais opressão. A burguesia, enquanto classe dominante, não consegue responder aos problemas da crescente fome, pobreza e miséria das massas, essas mazelas ampliam a violência social. A resposta do governo é

a militarização da sociedade, criando a falsa sensação de segurança.

ATO DO DIA 26 DE NOVEMBRO E REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL VIRTUAL

Pressionada pelos ataques e pela insatisfação crescente junto aos professores, a direção chamou um ato no dia 26 de novembro. O ato foi bastante esvaziado, tinha o objetivo de se reunir com o Secretário para colocar os problemas de fechamento das salas de aulas, com a participação da direção da UMES. A direção também pediu que se amplie a chamada do famigerado concurso, nada foi falado com relação aos professores que estão sendo impedidos de ingressar por conta de empecilhos criados pelo DPME (Departamento de Perícias Médicas) na perícia dos ingressantes. Estes estão sendo forçados a fazer exames complementares, muitos desses exames são muito caros, e o governo não os oferece.

O ato também serviu para chamar os professores para atividades na Alesp, onde está em tramitação a PEC 9/2023, já votada em primeiro turno. A PEC visa a diminuir o percentual gasto com a educação no estado, hoje 30% da arrecadação, para 25%: uma redução de R\$ 10 bilhões no orçamento anual da educação.

A direção chamou ainda para o dia 28 de novembro uma reunião do Conselho Estadual de Representantes, com o objetivo de discutir a Plenária Intercongressual que ocorrerá nos dias 13 a 15 de Dezembro, para debater as conjunturas políticas internacional, nacional e plano de lutas.

Como podemos ver, os ataques são constantes e intensos, a direção se recusa a chamar as assembleias, para que os professores possam deliberar sobre um calendário que possa dar conta de fazer o enfrentamento das medidas. Prefere reunir-se com o secretário adjunto para uma encenação, visando a criar ilusões na categoria. A participação nos debates da Alesp, as medidas judiciais e as negociações com o governo sem luta, são manobras da direção traidora para não organizar a luta coletiva, e com os métodos da ação direta, até barrar os ataques e reconquistar os direitos e condições trabalhistas que foram arrancados com cumplicidade dos burocratas sindicais. ●

Em separado, publicamos o Boletim nº 43 da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora, onde denunciemos a paralisia cúmplice da direção da Apeoesp com os ataques do governo reacionário de Tarcísio.



ppri4.org



ppri.partido

**CORRENTE SINDICAL
MARXISTA****Guillermo Lora****APEOESP /**
Boletim nº 43 - 26/11/2024
PPRI Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

PARA TER GREVE, É PRECISO CONVOCAR A ASSEMBLEIA!

A atribuição para 2025 ocorrerá submetendo docentes a uma série de critérios, punindo professores que tiram licenças saúde, valorizando presenças, além de impor a pontuação que os professores podem receber em programas de formação, oferecidos pela Seduc. Para os professores com contratos (categoria O), a pontuação final do processo seletivo terá um peso maior, e somente 10% dela será pelo tempo de serviço, desconsiderando a dedicação à prática docente e aprofundando a política meritocrática.

A recondução de professores contratados é mencionada como uma necessidade para fortalecer a gestão escolar, para “alcançar metas educacionais”, mas fica claro que é uma farsa, pois, exige dedicação exclusiva, sujeitando os professores a trabalharem doentes, já que não podem tirar licença, e a aceitarem assédio moral, para cumprir todas as exigências dos diretores. Muitos professores no estado enfrentam a extinção contratual, por tirarem licença médica, devida a problemas de saúde, ou por não se submeterem ao assédio de direções ou coordenadores.

Professores efetivos, estáveis e categoria F estão submetidos ao número de faltas, incluindo licenças, na sua busca pela

ampliação e carga suplementar na atribuição de aulas, o que é uma forma de punição. Os docentes que trabalham no *Programa de Escola em Tempo Integral* continuarão sob “avaliação 360°”, e a gestão das escolas está com total autonomia para decidir se os professores serão ou não realocados, independentemente do resultado da avaliação. A publicação da grade curricular, excluindo, ou reduzindo, o número de aulas, com o impedimento de acúmulos, fechamento de períodos e de salas, causa revolta à categoria.

As resoluções deixam claro que, em 2025, os professores estarão novamente sob ataques, demissões e perseguições do governo Tarcísio/Feder. Não se pode esquecer que o início do ano letivo de 2024 foi marcado pela demissão em massa de professores temporários e, no segundo semestre, a direção não convocou a categoria para dar respostas nas ruas aos ataques do governo Tarcísio, que teve o terreno livre para bater o martelo, e dar início à privatização das escolas públicas.

A direção da Apeoesp fez propaganda, nos meios de comunicação e redes sociais, de que é necessário preparar a greve, sem colocar em prática os métodos para organizar os profes-

res, sem fazer reuniões com docentes e pais, e principalmente sem fazer a convocação de assembleia, para de fato iniciar a luta. Sem nada disso, a declaração da direção da Apeoesp, de ir à greve, não passa de um blefe.

A categoria mostrou disposição de luta no início do ano, mas foi contida pelas direções traidoras, e também pela maioria das correntes da Oposição Combativa, que se encastelam no interior do sindicato, e o utilizam para seus objetivos eleitorais e particulares, e para conciliar com os ataques do governo contra a categoria. Foi uma traição contra os 40 mil demitidos, que precisavam da luta coletiva para defender os empregos, e também contra o conjunto dos professores, que queriam lutar contra os ataques do governo a seus direitos e salários, e à educação pública.

Em 2025, a única saída será organizar as bases para a luta, e impor à direção da Apeoesp que convoque assembleias, manifestações, atos de rua, greve para barrar os novos ataques, a destruição da carreira e o avanço da precarização dos contratos. Neste ano, a categoria esteve presente massivamente nas assembleias, mas a direção burocrática, e também setores da Oposição Combativa, manobram para dismantelar as tendências de luta, afirmando que a maioria não está convencida da necessidade de luta direta, e assim culpam os professores, e ocultam a sua real face, que submete as lutas à judicialização, ao parlamento e às eleições. Negam os métodos da luta de

classes (greves, ocupações, bloqueios e piquetes).

O resultado desse imobilismo se reflete no fortalecimento da política de ataques de Tarcísio/Republicanos, que continuará aplicando medidas antidemocráticas, privatizantes, de sucateamento dos serviços públicos, e de destruição das condições de trabalho do funcionalismo. Para barrá-lo, é preciso ir de fato à greve, mas para isso é preciso convocar a assembleia geral e ir à luta pelas reais necessidades da categoria, sem submetê-las ao governo, ao parlamento ou ao judiciário. ●

– **Pela atribuição com base no tempo de serviço!**

Ampliar o número de aulas, de forma a que as salas não ultrapassem os 25 estudantes!

– **Nenhum fechamento de salas no noturno! Ampliação de turmas e vagas!**

– **Rejeitar a ampliação da jornada sem aumento salarial! Manter os 45 minutos!**

– **Nenhuma punição aos professores que são levados a faltar!**

– **Fim do assédio a docentes! Liberdade de cátedra e de crítica!**

UNIVERSIDADE

Eleições para o Caell (Letras-USP):

O baixo quórum expressa a distância entre a direção (PSTU) e demais correntes da base

530 estudantes votaram nas eleições para o centro acadêmico dos cursos de Letras da USP, cerca de 10% dos estudantes matriculados, e um número bem abaixo da média dessas eleições. A chapa do Rebeldia/PSTU (Movimento “Letras do Amanhã”) teve 280 votos; a frente MRT/Já Basta teve 164; a chapa do Correnteza/UP teve 63 votos; e a da JCI (ex Esquerda Marxista), 17 votos.

A eleição esteve marcada pela realização de um Congresso ultraminoritário, formado basicamente pelas mesmas correntes políticas que disputaram o Caell. Esse Congresso decidiu os critérios de como deveria ser formada a chapa para as eleições, com inscrições que se encerraram 4 dias úteis após sua plenária final. Ou seja, apenas quem já estava organizado segundo os critérios desse mesmo congresso (número de membros, porcentagem de mulheres, negros e indígenas, e homoafetivos) poderia efetivamente participar da eleição. Uma das chapas, a da UP/Correnteza,

não obedeceu a esses critérios e teve de reduzir seu número de integrantes para se adequar, depois do prazo da inscrição. Tudo decidido pela comissão eleitoral, por cima dos estudantes. O fato, claro, foi usado pela direção do Caell (Rebeldia) como denúncia hipócrita em sua campanha.


As chapas foram montadas a partir de diversos meios, principalmente por meio das relações pessoais. Ao ponto de uma estudante ter denunciado uma das chapas, a do MRT/Já Basta, por ter incluído seu nome nela sem sua autorização.

Um ponto chama a atenção em todas as propagandas das chapas inscritas: a *contratação dos professores necessários*, não conquistada efetivamente na greve de 2023 por causa da subordinação das direções/correntes ao plano da reitoria, e a defesa concreta da *permanência estudantil*, que hoje se traduz no *combate à instalação de grades no Crusp e expulsão de 300 estudantes considerados “irregulares”*, ou não consta ou é secundari-

zado por TODAS as chapas. Quando as questões que mais tocam diretamente aos estudantes são subordinadas ou esquecidas em função de bandeiras culturalistas/identitárias, apresentadas como conquistáveis sem luta concreta com a burocracia universitária, pelos meios da atual estrutura de poder antidemocrática, se mostra como a política das correntes está distante da realidade concreta e das necessidades mais sentidas pelos estudantes. A raiz dessa negação política está nos compromissos assumidos pelas correntes com a política das direções do movimento estudantil na greve de 2023, que traiu a grande mobilização em função da conciliação e subordinação à burocracia universitária/reitoria/governo.

O movimento estudantil da Letras/USP tem de retomar sua trajetória de luta pelas reivindicações, que poderá criar as condições para a reconstrução de uma direção que expresse suas reais necessidades e os métodos da luta de classes para conquistá-las. ●

Prefeitura de São Sebastião atacará servidores no final do ano; burocracia sindical, da qual o POR faz parte, mantém o imobilismo

 O funcionalismo público municipal de São Sebastião/SP está sob a ameaça de diversos ataques, entre o final de 2024 e o início de 2025. 1) Haverá o fechamento de diversas salas de aulas, em quase todas as unidades escolares, aumentando a superlotação e expulsando os professores de suas sedes, ou obrigando-os a completar a jornada de trabalho em múltiplas unidades; 2) Está prevista a entrega das últimas creches para a administração privada, através da sua completa terceirização; 3) Há indícios de uma reforma municipal da Previdência, na qual a Prefeitura irá descarregar o peso de suas dívidas com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – nas costas dos servidores; 4) Há uma minuta de projeto de lei sobre o Estatuto do Magistério, na qual diversos direitos serão retirados, e impor-se-ão ataques à estabilidade (com critérios mais rigorosos para o estágio probatório e avaliações contínuas).

Diante deste cenário, a direção do SindServ limitou-se a chamar duas reuniões, sem caráter deliberativo, uma política burocrática contra a convocatória de assembleias. A burocracia preferiu apenas discutir/apresentar os possíveis ataques no São Sebastião Prev e ao magistério, mas não organizar uma resposta coletiva à altura desse ataque. A Frente Combativa, formada pelo Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora (CSM-GL), Organização Socialista Libertária (OSL) e independentes, interveio na reunião com uma questão de ordem, solicitando que se instaurasse o regime de assembleia para que os presentes pudessem propor e deliberar ações, mas fomos veementemente combatidos pela militante do Partido Operário Revolucionário (POR), que compõe a direção da entidade, que fez bloco com os demais membros da direção buro-

//

...

(...) a burocracia sindical agiu para frear qualquer gérmen de organização coletiva e democrática dos trabalhadores, e desse modo burocratizar a tomada das decisões, pois os encaminhamentos da plenária passaram a ser apreciados pela direção sindical, que vai decidir o que deve ser feito, sem necessidade de acatar as decisões coletivas dos servidores. ■

crática da instituição para barrar a proposta. Assim, a burocracia sindical agiu para frear qualquer gérmen de organização coletiva e democrática dos trabalhadores, e desse modo burocratizar a tomada das decisões, pois os encaminhamentos da plenária passaram a ser apreciados pela direção sindical, que vai decidir o que deve ser feito, sem necessidade de acatar as decisões coletivas dos servidores.

O POR, que possui uma vaga de diretor afastado para se dedicar integralmente à militância, defendeu as reuniões e os métodos burocráticos, e atacou qualquer chamado para assembleia, alegando que não há necessidade no momento. Com essa posição, as críticas à letargia feita aos sindicatos e centrais por essa corrente oportunista não passa de hipocrisia, assim como a defesa dos métodos próprios dos trabalhadores para enfrentar a privatização, fechamento de salas, etc., e as reivindicações de assembleias em outros sindicatos para impulsionar a luta. O radicalismo verbal do POR

no SindServ é um complemento a seu revolucionarismo retórico na Apeoesp. Aqui, se coloca contra a assembleia porque não há condições. Na Apeoesp, votou contra a greve no dia 15 de março (para a qual havia condições) sob o mesmo argumento. As bandeiras e formulações do POR servem apenas para preencher seus materiais, pois, na prática, em São Sebastião, se limitam a defender abertamente a burocracia e atacar a oposição, seja com cerceamento ou com calúnias. Também em São Paulo, o POR preferiu honrar seus compromissos burocráticos com seus aliados da Oposição Combativa, antes de defender 40 mil demitidos.

A direção burocrática tentou acalmar os ânimos da plenária da reunião sobre o SSPrev, afirmando que fecharam um acordo com o presidente da Câmara Municipal. Segundo o informe, a direção está confiante que não haverá nenhuma tramitação de projeto de lei que ataque as aposentadorias sem a ciência do sindicato, pois serão avisados com antecedência pelo vereador que desempenha um importante papel de defesa do governo municipal.

Além da crítica na confiança no parlamentar governista e da defesa do método de organização proletária, que é a assembleia deliberativa, a Frente Combativa defendeu uma campanha consequente contra os ataques, defendendo nenhum confisco na aposentadoria e que a prefeitura aumente sozinho seu repasse ao RPPS, contra o fechamento de salas, contra a terceirização e efetivação dos trabalhadores terceirizados, pela realização de assembleias regulares para organizar a categoria, contra as reuniões onde a decisão fique reduzida às mãos da direção sindical, e pelo cumprimento de decisões de assembleias anteriores, que não podem ser ignoradas. ●

Governo aprofunda a destruição do ensino público, oferecendo a promessa de um trabalho e salário miseráveis a uma parcela da juventude, enquanto impõe um futuro de miséria sem trabalho estável e o embrutecimento intelectual à maioria.

Assim, enquanto alguns milhares de alunos e alunas frequentam, ao menos, um ensino mais amplo e uma possibilidade de concorrer no mercado de trabalho, para centenas e centenas de milhares se lhes reserva o embrutecimento intelectual e o “empreendedorismo” que leva à auto-exploração.

Mais de 1 milhão de alunos estudam no ensino médio da rede estadual.. Segundo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, se ampliará, de 1.393 para 1.911 (518 a mais), já em 2025, o número de escolas que oferecem ensino técnico, passando de 349 para 463 os municípios atendidos. Diz também que irá quintuplicar o número de alunos matriculados desde o início da gestão – em 2023,

eram 35 mil estudantes nessa modalidade (apenas nas escolas estaduais); hoje são 100 mil; e, ano que vem, serão 170 mil, segundo a previsão do governo. Anunciou ainda que vai implantar o programa BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio), voltado aos estudantes do ensino médio técnico da rede pública estadual. Em fevereiro de 2025, afirma que irá oferecer, inicialmente, 5 mil vagas de estágio, em parceria com empresas nas áreas relacionadas às que os alunos estudam. Os estagiários receberão um “auxílio financeiro” de até R\$ 1 mil durante seis meses, custeado pelo governo estadual, para jornadas de quatro horas de trabalho diárias – 20 horas semanais. Pretende-se assim ludibriar os alunos a escolherem o ensino médio técnico, porque contarão com trabalho em empresas e ganharão um salário.

A miséria e fome entre os estudantes secundaristas cresceu exponencialmente com o agravamento da crise, o desemprego, a terceirização e a destruição do ensino público. As escolas que oferecem essa orientação técnica são poucas e estão sucateadas, e, portanto, milhares de alunos que poderiam escolher essa modalidade estão impossibilitados de obterem vagas. Atualmente, são garantidas vagas no ensino técnico para apenas 10% do total de alunos da rede estadual. Nesse quadro, o programa BEEM do governo acirrará a con-

corrência entre alunos para obter uma vaga no ensino técnico, visando a ter um mínimo ganho salarial que ajude as famílias diante da fome e desespero. Das escolas “prometidas”, a maioria será construída como escolas cívico-militares, ensino integral e parcerias público-privadas.

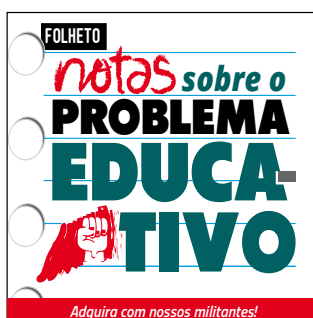
O Novo Ensino Médio (NEM) rebaixa ainda mais o currículo do ensino estadual em geral, e afetará a esmagadora maioria dos estudantes, criando um abismo entre o conhecimento geral adquirido em uma escola, da outra. A “formação profissional” oferecida pelo NEM é para supostos “empreendedores”, cujos conhecimentos gerais são rebaixados e limitados a repetir algumas funções práticas unilaterais, e que menos ainda os prepara para exercer o livre pensamento crítico e, ainda pior, para entrar nas universidades.

Assim, enquanto alguns milhares de alunos e alunas frequentam, ao menos, um ensino mais amplo e uma possibilidade de concorrer no mercado de trabalho, para centenas e centenas de milhares se lhes reserva o embrutecimento intelectual e o “empreendedorismo” que leva à auto-exploração.

Essa separação é ampliada quando da decomposição do capitalismo, que não consegue inserir a juventude de conjunto na produção social, e a torná-la em um membro produtivo da socie-

dade, porque a propriedade privada monopolista impõe a permanência de um exército de reserva de força de trabalho para melhor explorar os empregados, rebaixando salários e estendendo a jornada de trabalho. O “empreendedorismo”, como política educativa burguesa, pretende evitar a revolta da juventude e sua luta, junto ao proletariado, pela garantia de emprego, direitos e salários dignos para todos.

A luta dos trabalhadores e dos estudantes é para impor ao governo, com a luta de classes, a imediata construção de todas as escolas suficientes para a juventude que está dentro e fora das escolas, reduzindo a 25 alunos por sala para, desse modo, melhorar imediatamente as condições de trabalho de professores e professoras. É a luta também pela divisão de todas as horas nacionais de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial, combinando na juventude o estudo com o trabalho, e assim formar sujeitos integralmente desenvolvidos física e intelectualmente. Enfim, é a luta por derrubar o NEM, que brutaliza intelectualmente alunos e alunas, retirando sua capacidade do livre desenvolvimento do pensamento crítico, ao apagar a formação integral em todas as áreas do conhecimento humano, e os transformando em seus próprios exploradores para os domesticar e acostumar a serem miseráveis. ●



ATO DO **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA** – SÃO PAULO

Democratismo e culturalismo *levam à impotência* dos movimentos negros *diante dos ataques da burguesia*

O ato pelo Dia da Consciência Negra (20/11) em São Paulo foi recheado de apresentações artísticas e falas de religiosos, deputados, vereadores e lideranças dos movimentos. Apesar de feriado nacional, a participação não ultrapassou 2 mil pessoas. Delegações da Apeoesp e da CTB estiveram presentes.

A maioria das falas assinalou que não haverá democracia com racismo, e que, acabando com ele, se avançaria para uma democracia plena. Houve quem afirmou que os grandes capitalistas, com suas contrarreformas e “ajuste fiscal” exigidos pela direita no Congresso, são responsáveis pela retirada de direitos das massas negras. Houve ainda quem afirmou que se precisava “fazer uma revolução”, a exemplo do Haiti no século XVII, para que os negros e negras se emancipassem da opressão. E que se devia, portanto, “continuar a luta nas ruas” para impedir que se retirem direitos e conquistar novos.

Lideranças, deputados e vereadores defendem a democracia burguesa, que favorece a resolução de problemas individuais de algumas camadas negras da população, mas não os interesses coletivos de negros e negras como proletários e assalariados. O desemprego, a terceirização, as contrarreformas e os cortes orçamentários recaem mais violentamente sobre a maioria negra. É o Arcabouço Fiscal aprovado pelo governo de

Lula que dá o marco a esses ataques, em benefício dos grandes capitalistas. Mas, as lideranças, deputados e vereadores apoiam Lula e, assim, servem de instrumento aos grandes capitalistas, para que essa política se imponha. Um exemplo desse oportunismo democratizante se manifestou na defesa pelo movimento do direito à reparação, assinando que a burguesia branca brasileira acumulou fortunas, arrancando o couro e sobre-trabalho dos escravos. Mas, aqueles que denunciam corretamente essa realidade histórica são os mesmos que ocultam que o governo burguês que defendem está a serviço dessa mesma burguesia branca e racista, que continua arrancando o sobre-trabalho dos assalariados negros, submetendo-os a baixos salários, precarização trabalhista, etc.

É prática recorrente dos dirigentes e movimentos dar um tom radicalizado à denúncia para, logo na sequência, ludibriar as massas a apoiarem o governo que hoje é responsável pela destruição de direitos e das condições de vida de negros e negras para enriquecer banqueiros, industriais, etc. O governo fala do fim da desigualdade racial, mas aplica uma política que destrói as condições de vida das massas negras, enquanto enriquece a burguesia branca e racista. Os movimentos falam em combater os capitalistas brancos e a repressão estatal, mas chamam a confiar na democracia e nos partidos, por

meio dos quais se mantém essa violência de classe que recai sobre os assalariados e oprimidos negros.

Como assinalamos no manifesto que distribuímos durante o ato, e que publicamos neste jornal, não há como, no regime burguês, resolver a opressão sobre as massas negras, porque “a violência social do regime capitalista recai especialmente sobre a maioria da população assalariada, que é negra no Brasil”. Portanto, apoiar o governo burguês de Lula – que governa junto da direita no Congresso – é apoiar a política que destrói “ainda mais os já precários direitos legalizados de negros e ne-

.....”

...

Os movimentos falam em combater os capitalistas brancos e a repressão estatal, mas chamam a confiar na democracia e nos partidos, por meio dos quais se mantém essa violência de classe que recai sobre os assalariados e oprimidos negros.

gras”. Por isso, “Sob a política culturalista e identitária, que rompe com a unidade baseada na identidade de classe explorada, os movimentos e correntes se curvam ou renunciam a suas reivindicações do passado”.

A submissão política e eleitoral ao governo, que é um instrumento da burguesia branca e racista, é de responsabilidade da direção dos movimentos, expressando os interesses de uma camada da população negra que resolveu (ou procura resol-


ver) sua situação individual no interior do capitalismo. Para a maioria das massas negras exploradas, embrutecidas, discriminadas e oprimidas, não existem saídas individuais. Em meio à decomposição do capitalismo e de sua democracia farsesca, mais direitos serão retirados, e novos ataques serão desfechados. Os negros e negras continuarão vendo retroceder suas condições de vida, discriminados e marginalizados, se não romperem com suas ilusões na democracia e instituições de seus inimigos de classe, e conquistarem sua independência política. A defesa das reivindicações contra a

violência e opressão ao povo preto e pobre depende de fazer avançar a luta de classes, sob a estratégia da revolução proletária. O fim da discriminação e opressão racial começará com a destruição do estado capitalista e a instauração do Estado Operário, por meio da revolução proletária, que assim criará as bases materiais para começar a conquistar “a plena igualdade de negros e indígenas com os brancos, na economia e na política”, na transição ao socialismo. ●

Defender a vida e direitos dos explorados negros e negras com independência de classe e com os métodos da luta de classes!

Manifesto PPRI - 20 de novembro 2024

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

 Todos os anos, geralmente no mês de Novembro, os diversos Centros, Institutos de Pesquisa e Universidades divulgam dados estatísticos que expressam crescimento das diversas formas de violência reacionária contra a população negra do país.

Dados do estudo “Pele Alvo: a bala não erra o negro”, realizado pela Rede de Observatório de Segurança, após analisar os números de mortos pelas polícias nos Estados nos últimos anos, concluiu que aproximadamente 90% dos mortos eram negros. A polícia mais letal, nos anos de 2022 e 2023, foi a PM do Estado da Bahia, governado por Jerônimo Rodrigues (PT), com 1.465 mortos em 2022, e 1.702 registrados em 2023. Nos dois anos, mais de 90% dos mortos eram negros. Mesmo nos Estados na federação em que a população negra é menor proporcionalmente, ainda aparecem na frente nas estatísticas da violência policial, como no Estado de São Paulo, governado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 63,9% dos mortos, negros.

Já a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios, (Pnad) Contínua, do IBGE, mostrou que, no início de 2024, a taxa de desocupação dos negros (considerados os pretos e pardos, pelos critérios do IBGE) está acima da média nacional. Enquanto o índice nacional era de 7,4%, a taxa de desemprego era de 5,9% entre

os brancos, 8,9% entre os pretos e 8,5% entre os pardos. Os mesmos dados apontam que os negros são ampla maioria entre os subempregados, trabalhadores terceirizados, autônomos, etc.

Até mesmo nos dados da violência no campo de 2023, divulgados pela Comissão Pastoral da terra (CPT), há um destaque para a violência contra as comunidades quilombolas, que foram vítimas de 15,1% dos 2.203 ocorrências de violência reacionárias (invasões, expulsões, despejos, pistolagem, etc.).

DIREITIZAÇÃO DA POLÍTICA BURGUESA

Todos estes dados e estatísticas apontam que os governos capitalistas (estejam sob o governo direitista ou da chamada “esquerda”), ao se colocarem pela defesa da propriedade privada dos grandes meios de produção e da exploração, agravado pelo momento de crise econômica mundial, são obrigados a atacarem as massas e seus direitos, intensificando todas as formas de violências reacionárias, incluindo a violência contra a população negra.

Esta direitização mais geral da política burguesa, fenômeno mundial que se expressa também no Brasil, fez não só crescer a extrema direita, com sua política punitivista, de defesa da violência policial, do racismo aberto, etc., como fez com que os governos ditos de esquerda assumissem tais políticas cada vez mais abertamente, como os dados da

PM da Bahia evidenciam.

VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO RACIAL SÃO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CAPITALISMO

A violência de Estado é parte da política de classe dos capitalistas, de destruição das condições de vida da maioria assalariada e oprimida para manter seus lucros. O crescimento da pobreza e miséria social, bem como a elevada mortalidade pelas mãos da repressão policial sobre os negros, é uma clara amostra de que a violência social do regime capitalista recai especialmente sobre a maioria da população assalariada, que é negra no Brasil.

A discriminação é contínua sobre as massas negras, não apenas com salários mais baixos para os mesmos trabalhos, mas também por meio da intimidação e discriminação nas ruas e nos processos seletivos, nos ataques à religião e à cultura de matrizes africanas, dentre tantas outras manifestações de racismo, e que formam um quadro geral da discriminação e opressão sobre a maioria negra. A destruição de direitos conquistados ou sua restrição, a exemplo da lei de cotas raciais, nos quais os negros e negras são submetidos a critérios de confirmação de sua cor impostos pela burguesia branca, e que repercutem na restrição ao trabalho ou rebaixamento de salários e de direitos, é mais uma amostra da tendência fascitizante, direitista e racista que toma conta da burguesia e seus governos.

//

...

(...)

O crescimento da pobreza e miséria social, bem como a elevada mortalidade pelas mãos da repressão policial sobre os negros, é uma clara amostra de que a violência social do regime capitalista recai especialmente sobre a maioria da população assalariada, que é negra no Brasil.

A discriminação é contínua sobre as massas negras, não apenas com salários mais baixos para os mesmos trabalhos, mas também por meio da intimidação e discriminação nas ruas e nos processos seletivos, nos ataques à religião e à cultura de matrizes africanas, dentre tantas outras manifestações de racismo, e que formam um quadro geral da discriminação e opressão sobre a maioria negra.

Que seja o governo dito de esquerda, de Lula/Alckmin, que, em nome do parasitismo financeiro, estreite ainda mais os já precários direitos legalizados de negros e negras, é sintoma de que, qualquer que seja o governo burguês de plantão, não melhorará as condições de vida e trabalho das massas, de maioria de negros e negras.

IDENTITARISMO E CULTURALISMO SUBORDINAM OS MOVIMENTOS À BURGUESIA

A subordinação dos movimentos de negros e negras aos governos ditos de esquerda, que aplicam políticas e cortes próprios da direita, assim como o apoio a parlamentares para que se modifiquem leis ou se defendam as que são atacadas, além do jogo da pressão parlamentar e da educação “igualitária” e “identitária”, e todas as fórmulas reformistas do passado, na época de completo reacionarismo e chauvinismo da burguesia, castram politicamente os movimentos, obrigando-os a abandonar cada vez mais suas reivindicações, em nome da governabilidade burguesa. A ação coletiva é subordinada às eleições e ao parlamentarismo estéreis, subordinando as reivindicações àquelas mais prováveis de serem atendidas. Sob a política culturalista e identitária, que rompe com a unidade baseada na identidade de classe explorada, os movimentos e correntes se curvam ou renunciam a suas reivindicações do passado.

NOVO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL ATACARÁ PROFUNDAMENTE OS NEGROS

No final de Outubro, o Ministro da Economia do Governo Lula (PT), Fernando Haddad, anunciou mais cortes nos setores sociais para o Orçamento 2025 e 2026. A previsão é de que os cortes atinjam R\$ 30 bilhões, em 2025, e R\$ 40 bilhões, em

2026, tudo para garantir o Arcabouço Fiscal, ou seja, a política pró-imperialista de proteção do pagamento dos juros da dívida pública.

Embora não anunciado ainda em todos os seus detalhes, aponta-se que os cortes se darão nas restrições no Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa Auxílio-Brasil, seguro-defeso, seguro-desemprego, mudança na regra de reajuste do salário mínimo, e desvinculação do piso para a saúde e educação.

Um ataque generalizado como esse aos direitos das massas mais empobrecidas certamente afetará em cheio a população negra, que constitui a maioria nacional mais empobrecida e explorada.

LUTAR PELA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE!

A violência reacionária da burguesia – que é esmagadoramente branca no país e no mundo todo – coloca a importância das massas exploradas se defenderem com seus próprios métodos, unitária e nacionalmente, sob um programa unitário de reivindicações, em choque contra a burguesia e seus governos. A democracia burguesa é impotente para conter as manifestações de discriminação e opressão racial, porque responde aos interesses da classe dominante, cada vez mais violenta, opressiva, discriminadora e direitista. As correntes e partidos que se subordinam à democracia burguesa acabam como instrumento da burguesia contra os interesses das massas. A luta de classes com independência organizativa e política da burguesia é a condição necessária para defender direitos conquistados, ainda que ultralimitados, e impedir que sejam apagados pelas contrarreformas para negros e negras.

A opressão racial é uma manifestação da opressão

de classe, assim como são as opressões sobre a mulher, sobre o indígena, sobre o homossexual, nacional, etc. A base econômica, política e social de todas as formas de discriminação e opressão é a opressão de classe, baseada na propriedade privada monopolista dos meios de produção. Portanto, não há como acabar com essas manifestações sem acabar com o capitalismo, sem criar as bases materiais e econômicas da plena igualdade de negros e indígenas com os brancos, na economia e na política. E essas bases para sua igualdade começa a ser construída com a derrubada da burguesia e com a constituição da propriedade nacionalizada.

É urgente que as os sindicatos, centrais sindicais e movimentos superem a política de conciliação de classes, que blinda o governo federal e impede que os movimentos levantem as suas reivindicações mais imediatas e sentidas.

Não se pode aceitar o salário mínimo de R\$ 1.412,00, enquanto o DIEESE aponta que o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.769,87.

Não se pode aceitar o aumento da violência policial contra a juventude pobre e negra das periferias, sem levantar as bandeiras de fim dos assassinatos e fim da Polícia Militar!

Não se pode aceitar nenhum corte nos gastos sociais dos benefícios assistenciais, previdenciários, direitos trabalhistas ou nos orçamentos da saúde e da educação pública!

Defender todas estas reivindicações com os métodos próprios da luta de classes, com assembleias, manifestações, passeatas e greves, sem subordinar o movimento ao judiciário, parlamento ou ao governo de plantão!

Por fim, organizar e mo-

bilizar a maioria nacional negra e demais explorados em defesa da destruição do capitalismo, porque a opressão racial é expressão da opressão de classe, em defesa da revolução proletária e constituição do Governo Operário e Camponês! ●

Pelo fim do assassinato da população negra nas periferias!

Pelo fim da Polícia Militar!

Pelo fim da discriminação racial e de todas as demais discriminações!

Pelo pleno emprego e educação a todos! Por um salário mínimo vital calculado nas assembleias!

Das instituições burguesas (governos, parlamentos, judiciário, etc.) não sairá o atendimento de nossas reivindicações!

Tomar a solução dos problemas nas próprias mãos, com os métodos da luta de classes!

Pela Real Independência de classe em relação a todos os governos da burguesia!

Organizar e mobilizar a maioria nacional negra e demais explorados para fazer a Revolução Proletária!

Passadas as eleições, as correntes e partidos que apoiam (de forma incondicional ou crítica) o governo burguês de Lula radicalizam suas críticas à sua cumplicidade no genocídio, **mas bloqueiam a luta de classes, favorecendo assim a manter suas relações com Israel**

No dia 30/11, aconteceu o ato convocado pela Frente Palestina São Paulo (FPSP), no marco da convocatória mundial do Dia de Solidariedade com a Palestina. Em São Paulo, a mobilização reuniu ao redor de 800 pessoas, em sua maioria de partidos, organizações populares e estudantis. A comunidade palestina e libanesa não compareceu em peso, a não ser algumas famílias e referências.

Houve uma diferença quanto aos atos anteriores, no sentido de que as falas e palavras de ordem compareceram mais radicalizadas que nas manifestações anteriores. Denunciou-se a cumplicidade do governo Lula no genocídio, uma vez que não toma nenhuma decisão de interromper o envio de petróleo do Brasil para Israel, e que nada faz para romper todas as relações e acordos existentes com o sionismo. Agora, as correntes e partidos da base governista, e aqueles que chamaram a votar nele contra a extrema direita, podem usar uma retórica mais dura, porque isso não compromete suas estratégias e manobras democratizantes de defesa eleitoral do governo, e podem apresentar críticas mais duras e assertivas contra Lula, que antes ocultavam, porque não há risco de perder votos de setores da direita e do sionismo, os que tanto procuraram atrair para melhorar as possibilidades eleitorais de Boulos.

A retórica mais radicalizada dessas correntes e partidos expressam um profundo caráter oportunista e democratizante dos partidos e correntes que votaram em Lula contra Bolsonaro em 2022, e em Boulos contra Nunes, em 2024. Predomina o objetivo da governabilidade ou as eleições, por cima da vida e sangue palestino derramado, também garças à participação cúmplice no financiamento e ocultamento do governo e de candidatos que se omitem quanto ao genocídio e as relações com o sionismo. Essa subserviência ao governo cúmplice do genocídio, em nome dos perigos do “golpe” ou da extrema direita, é responsável pelo esvaziamento dos atos, que estão

muito aquém da necessidade de atos massivos, radicalizados e de combate, que a nova fase do holocausto palestino e limpeza étnica em Gaza exigem. E isso se deve à passividade cúmplice das direções sindicais e populares, que estão na base do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, que não convocam e não organizam suas bases para estrangular e atingir os interesses sionistas nosso país, e se negam a impor ao governo a ruptura dos acordos, erguendo a luta de classes.

Esse foi o conteúdo destacado na fala do PPRI no ato, que reproduzimos na sequência. ●




Fala do CEM-GL - 25/10

Em primeiro lugar, eu queria assinalar que o cessar-fogo, que foi assinado entre Israel e o Hezbollah, representa duas coisas que a gente tem de ter em mente. A primeira delas: Israel foi derrotado porque não conseguiu quebrar a espinha dorsal do Hezbollah, que lutou e luta pela sua libertação, contra o genocídio na Palestina, e contra o genocídio do povo libanês. Segunda questão: Israel quis um cessar-fogo para ter mãos livres para completar a limpeza étnica e o massacre no norte de Gaza. Está planejando se apossar das terras no norte de Gaza e fortalecer colonatos sionistas. Além disso, quer ter as mãos livres, Netanyahu junto aos EUA, e também com a Turquia, para atacar a Síria, para estender o massacre sionista e imperialista contra aqueles governos que não se subordinam ao imperialismo e ao sionismo. Portanto, é necessário continuar defendendo, em primeiro lugar, todo o apoio e solidariedade às organizações da resistência, dos povos oprimidos árabes, que estão lutando pela sua autodeterminação. Não pode haver nenhum resquício de dúvida de que a defesa da resistência, a resistência das massas, que bravamente estão lutando pelos seus territórios, é uma bandeira que todas as correntes devem erguer. Os governos árabes, com exceções de alguns, estão mantendo relações diplomáticas, econômicas e políticas com o sionismo. São cúmplices do genocídio e do holocausto palestino! As massas árabes desses países devem caracterizar esses governos como traidores, e devem organizar-se para derrubá-los, e se somar à luta da resistência palestina e libanesa, porque a derrota do sionismo, a derrota do imperialismo, é que abre o caminho à autodeterminação dos povos árabes. Para finalizar, eu queria dizer aqui que, quanto à cumplicidade com o genocídio, deve ser apontado também o governo Lula. Está sob sua responsabilidade, fechar a torneira do petróleo, fechar a compra de armamentos, fechar os convênios acadêmicos, e não o faz! Por isso, a classe operária deste país deve tomar em suas mãos, com seus métodos, e, por meio da luta de classes, impor ao governo Lula que rompa todas as relações com o estado genocida de Israel. O governo não o fará, até que a classe operária ocupe as fábricas, bloqueie os portos, bloqueie todos os envios de petróleo, armas ou o que seja. Como na Inglaterra, onde [uma empresa da] Elbit teve de fechar, pela ação dos sindicatos e da Ação pela Palestina. Então, o recado é: a classe operária deve tomar em suas mãos a defesa dos palestinos, dos libaneses e dos sírios, e de todas as nações e povos árabes que são alvo do imperialismo e do sionismo. E para isso deve desenvolver a luta de classes, sob a estratégia da Palestina Livre, do rio ao mar, socialista, e nesse sentido, erguer a Estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Essa é a estratégia que libertará o povo palestino e libanês, finalmente, das cadeias da opressão.

O cessar-fogo no Líbano é apenas uma pausa na ofensiva sionista
O governo Netanyahu quer ter as mãos livres para completar a limpeza étnica no norte de Gaza e prosseguir com sua ofensiva contra a Síria e o Irã
A luta da resistência e das massas palestinas, libanesas, iraquianas, iemenitas, etc. deve continuar, até derrotar o sionismo e expulsar o imperialismo do Oriente Médio!
A classe operária deve encabeçar essa luta, com greves, bloqueios, boicotes para estrangular os interesses sionistas e imperialistas, e impor a ruptura de todos seus acordos com Israel aos governos cúmplices!

Manifesto PPRI - 30 de novembro 2024

 Um cessar-fogo por 60 dias entre Israel e Hezbollah foi acordado. Esse acordo foi anunciado na noite do dia 26 de novembro. Toma-se a Resolução 1701 da ONU como base desse acordo, a que pôs fim à guerra de 2006 entre o Hezbollah e Israel. Segundo os termos desse acordo, as forças israelenses se retirarão do sul do Líbano em até dois meses, e a chamada Linha Azul – uma faixa de 15 quilômetros que divide os dois países – passará ao controle da Força Interina da ONU (“cascos azuis”) e ao exército nacional libanês.

Netanyahu anunciou o acordo como uma vitória, ao serem cumpridos os objetivos de destruir as capacidades militares do Hezbollah, e de garantir a segurança da fronteira norte. Disse ainda que, agora, Israel poderá recuperar as perdas em tropas e equipamentos, ao impedir que o Hamas e o Hezbollah combatam o exército israelense ao mesmo tempo e, fundamentalmente, porque poderá começar a planejar quais respostas serão dadas à Síria e ao Irã, tanto no campo político como militar.

Mas, o acordo representa mais uma derrota para o sionismo diante do Hezbollah. Israel não conseguiu destruir as capacidades militares do Hezbollah. Pelo contrário, em meio à sua ofensiva, choveram foguetes contra as colônias sionistas e alvos militares israelenses. O Hamas continuou a combater os sionistas e a produzir perdas de homens e equipamentos. Os israelenses não conseguiram ir além de 15 a 20 quilômetros dentro do território libanês. De forma que a derrota da invasão, no cumprimento de seus objetivos, fortalece a autoridade do Hezbollah, que demonstrou ser capaz de impor pesadas derrotas ao exército sionista, e ser intransigente na luta contra a ocupação militar.

O cessar-fogo foi imposto a Israel pelos EUA. Isso irritou setores ultraortodoxos e direitistas, que criticaram o primeiro-ministro, por aceitá-lo, como se fosse uma traição. Ainda que o imperialismo tenha imposto o acordo aos sionistas, no lugar de aceitá-lo, eles exigiram que os EUA dessem um cheque em branco para retomar a invasão do Líbano em outro momento. Os EUA aceitaram a mudança e, desse modo, evitaram continuar financiando e armando uma guerra que consumiria grande parte de seus estoques militares, justamente no momento em que precisa acumular e concentrar suas capacidades bélicas para enfrentar a Rússia, a China, o Irã e a Síria. A Síria se tem aproximado do Irã, e conta com apoio da Rússia. A Rússia apoia, arma, protege e provê de inteligência o Irã. Para avançar no estabelecimento de novas fronteiras nacionais de acordo com os interesses monopolistas, o imperialismo deve destruir ou subordinar os países e governo que lhe opõem resistência, e assim ensaiam diariamente provocações diplomáticas e ameaças militares contra os países que bloqueiam o expansionismo imperialista no Oriente Médio. A recente ofensiva de milícias pró-imperialistas e pró-sionistas na Síria, que estão atacando o Exército Árabe Sírio e tropas russas, prova isso. É um

objetivo do imperialismo desgastar militarmente o exército sírio, reacendendo a “guerra civil”, enfraquecendo suas capacidades, e comprometendo a Rússia em sua defesa. O sionismo age em meio a essas manobras dos EUA, com o mesmo objetivo, mas por trás da estratégia de colonizar as Colinas do Golã.

Entretanto, os ataques do Irã a Israel; a ação dos houthis, que paralisam o transporte marítimo no Mar Vermelho, e seus ataques contínuos a alvos militares de Israel; as ações das milícias iraquianas contra bases da ocupação norte-americana; dentre outras manifestações, confluem com a luta da resistência libanesa e palestina em uma frente única de combate contra um mesmo inimigo. É esse o ponto de partida dos marxistas e de todos os que genuína e legitimamente defendem a luta armada e a resistência ao extermínio, como meios de luta legítimos no combate pela autodeterminação nacional palestina.

A defesa incondicional da resistência e de seu legítimo direito a empunhar as armas contra seus algozes, sem concordar com o programa e métodos de suas direções políticas e militares, significa cavar uma trincheira de classe junto dos oprimidos, pela derrota do sionismo e do imperialismo. A derrota dos opressores e genocidas favorecerá a luta de classes do proletariado nos países imperialistas, ao enfraquecer seu principal inimigo em sua própria casa, e avançar no sentido da revolução social, e favorecerá a luta de classes nos países atrasados, oprimidos pelo imperialismo.

Essa tarefa depende, fundamentalmente, de a classe operária mundial avançar em sua independência de classe, rompendo com as direções traidoras e governos cúmplices do genocídio, e estrangular os interesses econômicos e políticos dos sionistas em seus países, por meio da luta de classes, (greves, ocupações, bloqueios, etc.), impondo assim o fim de todos os acordos com o estado genocida de Israel, com a força coletiva das massas em luta. O proletariado árabe poderá estar à cabeça dessa luta, ao bloquear qualquer apoio de seus governos a Israel. Paralisar a indústria petrolífera, fechar portos da região com piquetes e bloqueios, imobilizar a produção de bens e serviços exportados para Israel, etc., seria a maior ação solidária e a mais moral das atitudes internacionalistas para com seus irmãos trucidados, exterminados e expulsos da Palestina, mas também do Líbano, da Síria, etc.

A luta unitária das massas árabes junto à classe operária mundial abrirá o caminho para a destruição do estado de Israel, um câncer criado pelo imperialismo para dominar Oriente Médio, e construir sobre seus escombros um Estado Operário, produto do avanço das massas sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, acabando com a exploração de classe e a opressão nacional, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que será um guia na luta revolucionária pelo socialismo. ●

A burguesia europeia continua sua ofensiva contra as massas para preservar seus lucros com guerras e genocídios

Os explorados respondem com luta de classes

Unificar as greves e os movimentos pró-palestinos para derrotar as burguesias e governos

As burguesias e governos europeus atacam direitos, rebaixam as condições de vida e destroem empregos, para deslocar quantidades crescentes dos ganhos operários e populares para a guerra na Ucrânia e o genocídio palestino. Espanha, Finlândia, Noruega e Suécia já ameaçam sua população com uma guerra contra a Rússia, para que se aceite a perda de direitos e salários, para continuar produzindo armas para defender as “democracias” europeias do “imperialismo” russo. E isso se passa no momento em que a recessão e a estagnação fazem apodrecer a economia europeia, e em que a burguesia e os governos aprovam violentas contrarreformas contra as condições de vida e trabalho dos assalariados. Perante essa ofensiva, as massas respondem com greves e manifestações, e os governos restringem as liberdades democráticas e aprovam medidas repressivas para preservar os interesses monopolistas.

Na Grécia, foi a aprovação da reforma trabalhista, que: **1)** permite trabalhos parciais de 5 horas para complemento de renda, elevando a jornada de trabalho nacional para 13 horas por dia; **2)** habilita um sexto dia de trabalho aos sábados ou domingos, estendendo a jornada para 78 horas semanais; **3)** autoriza empresas a mudar horários de trabalho, até com 24 horas de antecedência; **4)** introduz contratos precários para serviços de emergência, sem horário fixo, notificados com 24 horas de antecedência; **5)** estende o “período de experiência” para seis meses; **6)** autoriza demissões sem aviso prévio no primeiro ano de contrato; **7)** penaliza com até 6 meses de cárcere e 5 mil euros de multa a quem impeça com greves o trabalho daqueles que não aderiram, dentre outros aspectos regressivos já aprovados.

Sindicatos e centrais do funcionalismo público fizeram uma greve de 24 horas (21/11), exigindo a anulação da lei e aumento de salários, que caíram 14% em seu poder aquisitivo, desde 2011 até hoje, e têm por piso um salário mínimo de 900 euros mensais. As condições de vida dos trabalhadores gregos não deixaram de cair por décadas, enquanto os lucros dos monopólios e do capital financeiro crescem. Somaram-se à greve, setores

do proletariado de logística, construção civil, transporte, etc. Além das reivindicações trabalhistas e econômicas, ouviram-se palavras de ordem contra o genocídio palestino e a OTAN. A GSEE, Central sindical do setor privado, boicotou a medida. E o governo anunciou que não irá retroceder, e continuará tomando medidas para alcançar o “déficit zero”, para pagar a dívida pública.

Na Itália, acontecem semanalmente manifestações de sindicatos, organizações sindicais, estudantis e políticas contra o genocídio na Palestina. Foram paralisadas vias férreas e portos, por onde ecoam mercadorias e armas para Israel. Agora, as manifestações se multiplicam por todo o país, contra o Decreto 1660 do governo fascistizante de Giorgia Meloni, que criminaliza protestos e manifestações, piquetes e bloqueios, que interrompem o comércio com Israel. Caracteriza de “crime de ódio” qualquer manifestação na imprensa que se refira ao genocídio palestino. Meloni adaptou à Itália o conteúdo das leis aprovadas pelo governo democrata Biden, nos EUA, e do governo social-democrata alemão, que criminalizam manifestantes e organizações pró-palestina e pela ruptura dos acordos com Israel.

Os sindicatos começam a sair da paralisia e defen-

Na Itália, acontecem semanalmente manifestações de sindicatos, organizações sindicais, estudantis e políticas contra o genocídio na Palestina. **Foram paralisadas vias férreas e portos, por onde ecoam mercadorias e armas para Israel.** Agora, as manifestações se multiplicam por todo o país, contra **o Decreto 1660 do governo fascistizante de Giorgia Meloni, que criminaliza protestos e manifestações, piquetes e bloqueios, que interrompem o comércio com Israel.**

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**

*e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista*

Adquirir com nossos militantes!

viços de saúde, educação, etc. Houve, ainda no dia 30, no dia de ação global pela Palestina, uma jornada nacional de mobilização. Dezenas de milhares se manifestaram contra o apoio incondicional do governo de ultradireita a Israel.

As massas vêm respondendo e reagindo, radicalizando seus protestos, greves e mobilizações contra a guerra, o genocídio e as contrarreformas reacionárias. Na Grécia e Espanha, são recorrentes os bloqueios de portos e a

ação direta contra o transporte marítimo de armas e equipamentos para Israel. Na Inglaterra, a empresa *Leicester's UAV Tactical Systems*, associada à *Elbit Systems UK*, foi obrigada a encerrar seu projeto de produção de peças de drones *Watchkeeper*, pela constante pressão das greves de sindicatos e das ações diretas do movimento *Palestine Action* (Ação Palestina). Manifestações massivas na França, Bélgica, Inglaterra, Espanha, Grécia e Itália contra o holocausto pales-

tino fortalecem e estendem internacionalmente essas tendências de luta de classes. Se elas não avançam, e impõem a derrota dos governos e das burguesias, é porque está ausente a direção revolucionária.

Como assinalamos no *O Internacionalista* nº 20 ("Espanha: realizada greve de 24 horas contra o genocídio na Palestina"), a luta pela vitória da resistência palestina e a derrota da OTAN na guerra na Ucrânia "são tarefas históricas irrecusáveis para superar a

crise de direção revolucionária mundial e em cada país, abrindo, desse modo, caminho às lutas defensivas pelas reivindicações e os métodos da luta de classe, levando as massas a derrotarem suas burguesias e governos, aproximando-as da revolução socialista no mundo todo". Impulsionar essas lutas e ajudar os oprimidos a superarem suas direções traidoras ajudará a forjar a direção revolucionária e projetar a política proletária entre as massas. ●

Avançar com as greves operárias, com a tomada das ruas, com a mobilização de massas, para reduzir as jornadas sem reduzir os salários

Depois da manifestação que ocorreu nas principais cidades do país, pelo fim da escala de jornada 6x1, no dia 15 de novembro, foi aprovada a primeira greve operária pelo fim da escala, pela redução das jornadas sem redução dos salários.

Trata-se da greve de operários da Pepsico, detentora das marcas Pepsi e Elma Chips, multinacionais, com lucros anuais bilionários. Ocorreram assembleias em São Paulo e em Sorocaba, lideradas pela direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (STILASP), vinculado à CUT, no dia 24 de novembro.

A greve operária é exemplar, porque é o setor do conjunto dos trabalhadores que pode impor aos capitalistas a redução geral das jornadas sem redução dos salários, retomando as lutas históricas do proletariado, do século XIX e ao longo do século XX, pela redução da exploração da força de trabalho.

Sabemos, pela composição atual dos trabalhadores do Brasil, que cerca de 40% de toda população ocupada no Brasil vive na informalidade e no

subemprego, o que significa escalas de trabalho muito superiores a 44 horas semanais ou até a uma jornada de 6x1. Entretanto, quando os setores operários, que estão no coração da produção capitalista e na produção de riquezas, conseguem conquistas, estas também se estendem para o conjunto da massa de explorados. A incorporação da classe operária à luta contra a escala 6x1 abre um caminho à unidade com o conjunto dos assalariados.

Essa é a importância da greve da Pepsico, que já foi "suspensa" pela direção sindical, depois de apenas poucos dias, em função de um acordo com a Justiça, mas que deve ser estendida para todos os setores do proletariado fabril. As greves operárias podem impulsionar greves em outros setores mais precarizados, como os do comércio, onde prevalecem as jornadas mais estafantes.

Com as mobilizações de rua, com os bloqueios e ocupações de avenidas, rodovias, com a construção de uma greve geral, a partir das mobilizações e greves parciais, será possível avançar com essa pauta elementar de defesa da força viva de trabalho. ●

Todo apoio às greves operárias pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial!

Paralisar a produção e as ruas, confiando na força coletiva dos assalariados!

Ampliar e generalizar as greves pela redução das jornadas sem redução dos salários!

Defender a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, sem diminuição dos salários)!

FOLHETO **NOVO!**

PARA ONDE
marxismo » revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!



24 de dezembro de 1979 - URSS invade o Afeganistão

A invasão do Afeganistão pela URSS, e a invasão e anexações pela Rússia na Ucrânia, são **elos no processo histórico de luta de morte entre sistemas antagônicos**

No dia 24 de dezembro de 1979, a URSS invadiu o Afeganistão, sob pretexto de defender o “Tratado de Amizade Soviético-Afegão”, de 1978. O presidente afgão, Hafizullah Amin, era até então aliado da URSS, após conformada a república socialista no país. Amim teve de enfrentar, desde sua constituição, uma insurreição dos muçulmanos e da guerrilha “mujahideen” apoiada pelos EUA. Amin aboliu a constituição e militarizou o país para se manter no poder. A burocracia soviética viu uma direta ameaça na sua derrubada, e a possibilidade de os EUA imporem um governo títere, e decidiu pela invasão. As tropas russas destituíram Amin e impuseram Babrak Karmal como presidente, líder do Partido Democrático Popular Marxista do Afeganistão (PDPA), que estava no exílio. A “Guerra do Afeganistão” foi concluída com centenas de milhares de mortos (dentre esses, 15 mil soldados soviéticos) e milhões foram forçados a emigrar. Em 1988, Mikhail Gorbachev decidiu pela retirada da URSS do Afeganistão.

A invasão e anexação do Afeganistão pela URSS, e a invasão e anexação do leste ucraniano pela Federação Russa, estão interligadas e condicionadas pela luta mundial entre dois sistemas antagônicos, que imprimem o conteúdo e os objetivos das duas guerras. Guilherme Lora, no texto “A revolução Russa e nossa luta”, redigido em 1970, afirmou que “A Revolução Russa, ao dar origem a uma grande potência mundial, torna-se um fator decisivo na política internacional do nosso tempo. A luta travada pelo bloco imperialista e pelo bloco comunista é uma luta até a

morte, porque se baseia em interesses econômicos conflitantes. Atualmente, esses dois blocos disputam a hegemonia mundial e tudo o que vem acontecendo mostra que a convivência não é possível há muito tempo”. Disse ainda que “Na luta mundial que estamos testemunhando, a taxa de desenvolvimento das economias opostas é um fator decisivo. Nesta área, a revolução russa deu novos princípios que podem eventualmente reestruturar toda a aparência mundial. Esses princípios são, como indicamos, a economia planificada e os meios de produção nacionalizados”. Na Revista Internacionalismo n° 1, de junho de 1980, no texto “Os trotskistas perante a invasão do Afeganistão”, Lora retoma esse fundamento teórico para fixar uma posição de princípio de defesa da anexação do Afeganistão pela URSS e disse que, apesar de negar o direito à autodeterminação, era uma medida elementar de defesa do Estado Operário e da propriedade nacionalizada pela revolução proletária perante o cerco imperialista que se fechava na Ásia. E que sua “anexação” integraria o país atrasado a uma formação econômica superior e historicamente progressiva. Na Ucrânia, atualmente, aplica-se a mesma base teórica e os mesmos princípios para defender as anexações feitas pela Rússia, ainda que rompendo a integridade da Ucrânia. Para os marxistas, essa defesa é obrigatória, visando a preservar o Estado Operário – ainda que degenerado – e suas conquistas históricas, contra o imperialismo.


Como assinalamos no texto “Pela derrota militar da OTAN frente à Rússia!” (O Internacionalista n° 1, de feve-

reiro de 2024), “a derrota do imperialismo, em qualquer país e circunstâncias, é um objetivo que serve para impulsionar e favorecer a luta de classes das massas oprimidas em geral”. Isto porque o enfraquecimento do imperialismo “favorece a defesa das conquistas históricas do proletariado”, portanto, trata-se essa de uma “posição de princípio para os revolucionários”. Seguimos a linha traçada por Lênin, Trotsky e Lora, de que “acima do direito democrático burguês da integridade de uma nação, está o direito de existência de um Estado Operário cercado pelo imperialismo”. O que nada tem a ver “com os objetivos e interesses da burocracia russa”, e que se deve “combatê-la no campo dos métodos da luta de classes e do programa da revolução política; e não no do imperialismo e de seus vassalos”.

O imperialismo condenou a invasão do Afeganistão e organizou a resistência armada contra a URSS. A maioria das esquerdas ditas marxistas e trotskistas se colocaram ao seu lado, sob a bandeira da defesa da “autodeterminação” da nação oprimida e da derrota do “imperialismo russo”. A invasão russa no Leste da Ucrânia foi condenada pelo imperialismo e as mesmas esquerdas, sob as mesmas bandeiras do passado. O imperialismo e os revisionistas do marxismo se juntam pela destruição das conquistas do proletariado mundial em luta contra a burguesia. Os que defendem as anexações (combatendo a política contrarrevolucionária da burocracia) e a derrota do imperialismo cavam sua trincheira ao lado de Lênin, Trotsky e Lora, e do proletariado e das massas oprimidas, pela vitória da revolução socialista. ●

As tendências bélicas ameaçam afundar as massas mundiais na barbárie, e na fome e miséria

Os explorados e oprimidos não têm outra saída a não ser combater as burguesias e governos capitalistas, e apoiar incondicionalmente a luta das nações e povos oprimidos, para que se abra caminho à revolução, que vai tirar à humanidade da ameaça da barbárie em larga escala

 Em meio à decomposição capitalista, abre-se o caminho para aprofundar as tendências bélicas, que servem de meio para buscar uma nova fase de enriquecimento dos monopólios, destruindo forças produtivas em escala planetária, especialmente aquelas desenvolvidas sob a forma da propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias. O que inevitavelmente levaria a uma nova divisão do mundo e dos mercados, à reconstrução de fronteiras nacionais, e à destruição da China e da Rússia, para transformá-las em semicolônias. Está aí a explicação das referências do imperialismo quanto à possibilidade de uma guerra contra a Rússia e a China nos próximos anos. A retomada da guerra civil na Síria, por iniciativa das milícias pró-imperialistas, e daquelas ligadas a Israel e à Turquia, é mais um episódio desse percurso histórico. A cada mês que se passa, mais um passo é dado para uma conflagração entre o imperialismo e seus vassallos, com a Rússia e a China, o que arrastaria, inevitavelmente, a Coreia do Norte e todos os governos e países aliados – ou que delas dependem para sobreviver e se defender – da ajuda e apoio de suas burocracias governantes.

O imperialismo está em curso de guerra com, para tomar posse das fontes de lítio e outros minerais da Ucrânia necessários a suas indústrias, hoje sob controle russo e abrir caminho para enfrentar a China. A Ucrânia já ofereceu essas riquezas ao amo imperialista, em troca de que continuem seu financiamento e se envolvam ainda mais na guerra. Ofereceu ainda 19 empresas estatais a preço de banana, dentre elas, a maior empresa de extração de titânio e zircônio da Europa, e 100 mil hectares de terras. Os EUA já se colocaram para essa corrida, e despejaram bilhões de dólares em armas e financiamento. A Alemanha não quer ficar para trás, e pretende se tornar no maior e mais decidido apoiador da guerra contra a Rússia na União Europeia (UE). A burguesia francesa, expulsada da África, e com um passivo financeiro gigantesco, assim como a Inglaterra, também querem ser parte dos espólios de guerra na Ucrânia. Mas, para isso, a Rússia deveria ser derrotada, o que três anos de guerra contra a OTAN e mais de 30 países demonstrou ser uma impossibilidade. Por trás das potências imperialistas em decadência, se alinham os países vassallos europeus, com pouquíssimas exceções.

A situação de decomposição e desagregação das forças produtivas capitalistas atingiu o ponto em que força as potências imperialistas a falarem e se prepararem para a guerra. As burocracias herdeiras do estalinismo não querem a guerra, mas potenciam suas tendências, quando suas forças produtivas ganham terreno e conquistam mercados à custa do retrocesso do imperialismo. Novas medidas de guerra comercial contra a China e a Rússia foram anunciadas por Trump, mas também pela Alemanha e outros países, impulsionadas pela desagregação e retrocesso industrial – e em certa medida militar, também – das potências imperialistas, que já não têm como recorrer apenas aos mecanismos fiscais e às contrarreformas contra as massas, para dar sobrevida a suas economias em retrocesso. O desenvolvimento das economias nacionalizadas e o avanço de suas forças produtivas levam o imperialismo a afundar ainda mais no retrocesso econômico e, portanto, a aumentar sua ofensiva intervencionista. A militarização em Taiwan, Japão e Coreia do Sul, etc. são impostas pelos EUA visando a esse objetivo. Não obstante, pretende cercar a China e a Rússia, e atingir seu desenvolvimento e interesses

//

...

(...) pretende cercar a China e a Rússia, e atingir seu desenvolvimento e interesses estratégicos. **Uma vez fracassadas todas as medidas diplomáticas, poderá levar a burocracia a uma ofensiva, quando se a ameaça de ser derrubada, e sua fonte de poder (a economia nacionalizada pela revolução) corre perigo de ser destruída.** Ainda que não busque a guerra, seria equivocado acreditar que a burocracia não a escolheria se for ameaçada sua própria sobrevivência. A invasão da Ucrânia, em 2022, e a mudança da Doutrina Nuclear da Rússia, e que lhe permite atacar “preventivamente” qualquer país, caso se considere uma ameaça à sua soberania, o provam.

//

• • •

A guerra não é apenas uma escolha dos governos, mas uma imposição objetiva da decomposição das forças produtivas mundiais como um todo. E, quanto mais as contradições econômicas se avolumam entre as duas formas de propriedade antagônicas mundiais, **os governos de todas as partes são irresistivelmente arrastados a cavar sua trincheira junto ao imperialismo e seus aliados.**

estratégicos. Uma vez fracassadas todas as medidas diplomáticas, poderá levar a burocracia a uma ofensiva, quando se a ameaça de ser derrubada, e sua fonte de poder (a economia nacionalizada pela revolução) corre perigo de ser destruída. Ainda que não busque a guerra, seria equivocado acreditar que a burocracia não a escolheria se for ameaçada sua própria sobrevivência. A invasão da Ucrânia, em 2022, e a mudança da Doutrina Nuclear da Rússia aprovada há uma semana atrás, e que lhe permite atacar “preventivamente” qualquer país, caso se considere uma ameaça à sua soberania, o provam.

A guerra não é apenas uma escolha dos governos, mas uma imposição objetiva da decomposição das forças produtivas mundiais como um todo. E, quanto mais as contradições econômicas se avolumam entre as duas formas de propriedade antagônicas mundiais, os governos de todas as partes são irresistivelmente arrastados a cavar sua trincheira junto ao imperialismo e seus aliados, ou junto aos Estados Operários degenerados e seus aliados. As democracias capitalistas na Europa se preparam para esse cenário. Diante da derrota da Ucrânia, França e Inglaterra, cogitam enviar tropas sem qualquer disfarce. Por isso, após criticar Trump, agora se preparam para seu plano de “ceder territórios” à Rússia, para depois preparar uma nova

ofensiva. É com esse objetivo que começaram a circular, por toda Europa, diversas cartilhas “preparando e ensinando” os civis a como proceder em caso de uma guerra contra uma “potência nuclear” que ameaça a “democracia” e “cultura ocidental”: uma clara referência à Rússia e à China. Nos fatos, há uma guerra (ainda que não declarada) do imperialismo contra a Rússia, e, tudo indica, está se esgotando o tempo dos monopólios para fazer o mesmo com a China, antes que domine a produção e o comércio mundiais.

São essas contradições que determinam, em última instância, o caminho do rápido agravamento dos choques mundiais, das guerras civis e o genocídio palestino no Oriente Médio. O cessar-fogo entre Israel e Hezbollah significou uma derrota militar da tentativa de invasão profunda nos territórios do Líbano, e foi imposto pelo imperialismo norte-americano ao seu cão de guarda sionista – o cessar-fogo permite a concentração de forças no genocídio em Gaza e nas ações ofensivas contra Síria. Logo ficou claro que o imperialismo condicionava seu vassalo, porque está já desenvolvendo seu plano de reacender os conflitos e confrontos na Síria. Há vários dias atrás, foi realizada uma ofensiva de milícias pró-imperialistas que contam com apoio e financiamento dos EUA, Israel e também da Turquia. O fato dessa ofensiva ser ge-

ral, em toda a frente norte e também no sul do país, onde sionismo se prepara para colonizar as Colinas do Golã sírias, demonstrou que o imperialismo deve destruir as bases de apoio militares e financeiras da resistência árabe que se interponham a seus objetivos, e impor à Rússia sua retirada do país, e depois o recolonizar com ajuda sionista, removendo mais um obstáculo para cercar (e atacar) o Irã e a Rússia. Ao mesmo tempo, também atacando e destruindo os apoios nacionais para o desenvolvimento da Rota da Seda e do comércio e influência chinesa sobre os países árabes. Nessa linha, ocorrem, as tentativas de golpes de estado contra o governo eleito na Geórgia, financiadas e organizadas pelo imperialismo. Prepara-se, para esse país, que rejeitou se somar à UE (por enquanto), um cenário ao estilo “Euromaidan”, ou ainda de uma intervenção externa, sob qualquer justificativa. Não há qualquer margem para uma nação oprimida tomar decisões soberanas à margem do imperialismo: ou serve de ponta de lança para seus interesses, ou seu governo tem de ser removido.

As massas europeias são convocadas a se sacrificar, a perder direitos e rebaixar suas condições de vida, em nome dos lucros monopolistas e dos interesses do capital financeiro na guerra na Ucrânia e no genocídio palestino e libanês. Mais de 400 bilhões de euros foram

torrados na Ucrânia e na indústria bélica, em prejuízo da situação econômica e dos assalariados do continente. Na França, por exemplo, no orçamento para 2025, se preveem cortes de 40 bilhões de euros, e mais 320 bilhões a serem arrancados de impostos. As massas respondem com greves, manifestações e radicalizando seus protestos contra a guerra, o genocídio e as contrarreformas, as que dão passos para a revolução.

A derrota do sionismo e do imperialismo, e a derrubada revolucionária das burocracias herdeiras do estalinismo, com o proletariado retomando o controle sobre a economia nacionalizada, são duas tarefas históricas urgentes. A revolução social nos países capitalistas e a revolução política nos estados operários degenerados nunca estiveram tão entrelaçadas na luta de classes contra a barbárie capitalista, e nunca ficaram tão claras suas bases comuns objetivas. Mas, essa compreensão não comparece como guia nos movimentos e nas lutas, por conta da crise da direção revolucionária do proletariado. Um programa que combine essas duas tarefas, formulando o programa e métodos para realizá-las, é decisivo para reconstruir a direção revolucionária que ajudará os povos oprimidos e o proletariado a derrotarem as burguesias e derrubarem governos, avançando sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

O governo Netanyahu aceitou um cessar-fogo no Líbano ***para ter mãos livres para completar a limpeza étnica no norte de Gaza e acirrar sua ofensiva sobre a Síria e o Irã***

A resistência e as massas devem continuar sua luta e combates até derrotar totalmente o sionismo e expulsar o imperialismo de toda a região!

Na noite do dia 26 de novembro, Israel e os EUA informaram sobre um acordo de cessar-fogo de 60 dias com o movimento xiita Hezbollah no Líbano. O acordo retoma a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU, que encerrou a guerra entre Hezbollah e Israel em 2006. As forças israelenses se retirarão do Líbano, mas desta vez o controle sobre a Linha Azul (faixa de 15 quilômetros que serve de “tampão” entre os dois países) não estará apenas sob supervisão da Força Interina da ONU (“casco azul”), mas também sob a responsabilidade do exército nacional libanês.

Os objetivos de Israel, ao assinar o cessar-fogo, foram anunciados por Netanyahu: 1) focar as atividades israelenses no Irã, 2) renovar tropas e repor equipamentos perdidos, 3) prevenir a convergência da resistência do Hezbollah com a do Hamas. Celebrada como uma vitória pelos sionistas, é nos fatos uma derrota. Israel não conseguiu destruir as capacidades militares do Hezbollah, impedir o lançamento de foguetes contra as colônias sionistas e, portanto, fazer retornar os colonos às terras ocupadas. Foram demonstradas as capacidades militares e a coragem da resistência libanesa em sangrar o poderoso exército sionista e rebaixar a moral de suas tropas e colonos sionistas, especialistas em enfrentar palestinos e libaneses desarmados. Pesou ainda, na decisão do governo colonial e terrorista, o profundo retrocesso econômico e a escassez de trabalhadores, por causa da política de mobilização que afetou a produtividade da economia, golpeada pelos gastos de guerra.

O IMPERIALISMO E ALIADOS QUEREM UM EXÉRCITO LIBANÊS TRAIADOR DE SEU POVO

Dias antes do cessar-fogo, foi apresentado um *Plano de Recrutamento do Exército do Líbano*, pelo Comandante do Exército, General Joseph Aoun, logo após uma viagem que fez aos EUA. Com

financiamento pelo valor de um 1 bilhão de dólares, o primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, anunciou que a medida procura recrutar e armar 6 mil novos soldados. O “plano” não foi discutido com as facções opositoras, nem com todos os ministros do governo. O Ministro da Defesa, Maurice Slim, acusou Aoun e alguns ministros de violarem a Constituição, visando a monopolizar o controle sobre os militares. O ex-ministro da Defesa, Yaacoub Sarraf, disse que seria melhor usar esses fundos para melhorar salários, condições de vida e equipamento dos 85 mil soldados já trabalhando.

O “*Plano de Recrutamento do Exército do Líbano*” é parte de um plano imperialista e sionista para usar o exército libanês como seu instrumento contra o Hezbollah. O imperialismo está ciente dessa situação, e por isso procura implementar seu “plano” para o exército, visando a aplicar a tática de aprofundar a divisão entre xiitas e sunitas, e entre estes e os cristãos, procurando criar as condições para uma “nova guerra civil” libanesa. Não conseguindo derrotar a resistência libanesa, quer destroçar as relações internas entre as facções libanesas, e arrastar o Hezbollah a um conflito interno. Mas, é difícil que setores do exército se disciplinem a servir de capachos dos que lutam contra seu inimigo comum, ainda que conservem profundas diferenças religiosas e políticas. Isso poderia levar a uma deserção em massa do exército, e a aumentar a influência de Hezbollah. O que levaria a transformar as derrotas táticas do Hezbollah, pelas perdas de lideranças e capacidades militares, em um massivo apoio à sua luta.

O HEZBOLLAH NÃO FOI DERROTADO, E SIM O SIONISMO

A invasão derrotada reforça a autoridade do Hezbollah, que representa a revolta da nação oprimida contra seus opressores, e demonstrou ser capaz de

infligir pesadas derrotas ao exército sionista. O cessar-fogo foi imposto pelos EUA a Israel, para evitar a continuidade de uma guerra que levaria ao enfraquecimento de seu vassalo e, portanto, a atrasar o objetivo imperialista de usar seu exército para enfrentar a Síria e o Irã. O Hezbollah irá aproveitar a trégua para se reagrupar e melhorar suas capacidades de combate, para continuar a luta contra Israel, e isso inclui continuar a ajudar os palestinos.

O Hezbollah é o maior e mais popular das facções, e está integrado profundamente à sociedade libanesa como um partido político, e até uma “organização social”. Dirige e aplica programas sociais extensivos, como construção e administração de escolas, hospitais, bancos, e até cooperativas agrícolas. Foram os maiores financiadores da reconstrução, após a guerra de 2006, e estarão à frente na próxima reconstrução que se abre com a retirada israelense. Uma “nova guerra civil”, no quadro de profundo ódio dos oprimidos árabes contra o sionismo, provavelmente não ajudaria muito aos pró-imperialistas e aliados do sionismo, e sim ao Hezbollah, para ganhar novos apoios e capacidades políticas. Isso se verifica, concretamente, com o Hamas, que ganhou um apoio maior do que contava no passado, ao se erguer como a resistência comprometida com seu povo, enquanto a ANP definha como traidora.

SÍRIA: O NOVO FRONT DE GUERRA DO MILITARISMO IMPERIALISTA E SIONISTA

A Síria se tem aproximado do Irã, e conta com apoio da Rússia. Recentemente, foram deslocadas tropas russas sobre as fronteiras norte e sul do país, para ajudar o Exército Árabe Sírio a combater milícias pró-imperialistas e pró-sionistas, que visam a uma ofensiva militar para desgastar militarmente o exército sírio e, assim, reacender a ‘guerra civil’, que im-

continua →



//

...

Na prática, há uma guerra em curso de Israel contra a Síria, ainda que é acobertada pelo uso de milícias jihadistas que o sionismo treina e financia. É o mesmo método que usa a OTAN na Ucrânia para combater a Rússia, utilizando um exército nacional vassalo como intermediário. ■

peça o país de responder militarmente, se Israel decidir avançar na colonização completa das Colinas do Golã. Na prática, há uma guerra em curso de Israel contra a Síria, ainda que acobertada pelo uso de milícias jihadistas que o sionismo treina e financia. É o mesmo método que usa a OTAN na Ucrânia para combater a Rússia, utilizando um exército nacional vassalo como intermediário. O sionismo acredita que, quanto mais a Síria continuar consumindo recursos militares e financeiros na guerra fratricida, mais fácil será para o sionismo transformar o território soberano sírio em colonato sionista, porque, se for à guerra, a Síria teria dois fronts abertos.

Para Israel, colonizar totalmente as Colinas do Golã lhe daria controle direto sobre importantes recursos aquíferos, e capacidade para realizar ações militares contra a Síria impunemente. Dois terços das montanhas já foram ocupadas, após a Guerra de 1973, e nunca mais devolvidas ao país que é seu dono legítimo. O cessar-fogo no Líbano tem por consequência indireta, portanto, permi-

tir a Israel continuar com sua política colonial por todo o Oriente Médio. Mas, para impor à população israelense uma nova aventura bélica que consumirá maior porção dos orçamentos, agravando a crise econômica e sangrando ainda mais a força de trabalho, o governo Netanyahu deverá submeter o país a uma mais ferrenha e violenta ditadura.

O GOVERNO DITATORIAL DE NETANYAHU É O RESULTADO DA DEMOCRACIA COLONIALISTA E RACIAL

A expulsão de setores sionistas críticos do gabinete por Netanyahu e a ultra-direita religiosa reforçou a centralização ditatorial do governo. Essa tendência estava presente no objetivo da subordinar o judiciário ao executivo, na aprovação no Parlamento de Israel como estado judeu exclusivo, no avanço aos assentamentos sionistas, etc. A ofensiva militar assassina sobre Gaza acelerou sua cristalização. Essa política colonial, racista e genocida é defendida por todos os partidos sionistas, e foi referendada nas eleições. Agora, viraram leis, graças às instituições da “única democracia da região” que, por meiodelas, elevam o terrorismo de estado e a limpeza étnica a um patamar constitucional. A “democracia israelense” se revelou como uma tosca pintura da ditadura cívico-militar de uma gangue genocida e racista.

Os passos mais recentes dessa ditadura foram aprovar no Parlamento israelense uma lei para encarcerar – e torturar nos fatos – qualquer palestino ou palestina de até os 12 anos, sob suspeita de “participar em atividades terroristas”. Para os menores de 12 e 13, detidos por “suspeita de terrorismo”, serão construídos centros de detenção separados. Ao completar os 14 anos, serão transferidos para prisões de adultos. A lei permite ainda deportar os parentes dos “acusados” – qualquer que seja sua idade. A lei estará vigente por cinco anos e, depois desse prazo, poderá ser aprovada por mais dois anos.

Aguarda-se ainda que o Parlamento sionista aprove a extensão da presença militar israelenses sobre o norte de Gaza. Ainda que o sionismo não consiga expulsar todos os palestinos de suas terras, impôs um declínio acentuado da população civil, e apagou do mapa a infraestrutura necessária à vida (hospitais, instituições educativas, moradias, serviços básicos, etc.). É com esse

objetivo que estão se construindo ali infraestruturas militares e civis para, depois, colonizá-las. O cessar-fogo com o Hezbollah permite a Israel se “concentrar” em assentar sua colonização e limpeza étnica nessa região de Gaza. Mas, para isso, terá de derrotar a resistência palestina e apagar do mapa os palestinos, o que nunca conseguirá.

PELA DERROTA DO SIONISMO E A DESTRUIÇÃO DO ESTADO GENOCIDA DE ISRAEL

Os ataques do Irã, dos houthis e das milícias iraquianas se somaram à capacidade da resistência libanesa e palestina, reunindo-os, na prática, em uma frente de ação comum contra um mesmo inimigo, e que expressa a luta pela autodeterminação nacional por trás do véu do obscurantismo religioso. Portanto, os marxistas e aqueles que estão pela vitória da resistência e seu direito à autodeterminação, sem concordar com o programa e métodos de suas direções políticas e militares, sempre lutarão pela sua vitória e pela derrota do sionismo e do imperialismo. A derrota dos opressores genocidas abrirá caminho à luta das massas árabes pela sua emancipação e libertação nacional. E favorece a luta de classes do proletariado nos países imperialistas e no mundo todo, ao enfraquecer seu principal inimigo em casa.

É preciso *“reunir em uma só força a ação das massas contra seus inimigos comuns no mundo todo (...) para abrir caminho à derrota do sionismo e do imperialismo, e para avançar na revolução proletária por toda parte”*. Essa tarefa depende, fundamentalmente, de a classe operária mundial *“estrangular toda e qualquer colaboração com o Estado genocida de Israel”* nos seus países, e impor a seus governos a ruptura de todas as relações com o estado de Israel (citações do Manifesto nº 54 do PPRI, “Um ano de genocídio um ano de resistência”, de 8 de outubro de 2024).

A destruição do estado de Israel, um câncer criado pelo imperialismo para dominar o Oriente Médio, permitirá dar passos para construir sobre seus escombros um Estado operário, produto do avanço das massas sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, acabando com a exploração de classe e a opressão nacional, projetando assim a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. ●

Burguesias e governos árabes em face do genocídio palestino – **Parte I**

Países árabes denunciam Israel, mas mantêm relações (econômicas, políticas e diplomáticas) que permitem continuar com o holocausto palestino e libanês, e atacar a Síria e Irã, que apoiam a resistência em Gaza e no Líbano



"

...
O comércio de Israel com Egito, Jordânia, Marrocos, Emirados Árabes Unidos e Bahrein cresceu 12%, desde o 7 de outubro do ano passado, representando um total de 3,5 bilhões de dólares. No caso jordaniano, foram reduzidas as exportações para Israel, mas cresceram 45% as importações deste país para a Jordânia. Após derrotada na Guerra dos Seis Dias, a monarquia da Jordânia abandonou toda pretensão de resistir à colonização imperialista-sionista. Hoje, é um dos maiores apoios de Israel no mundo árabe.

No *O Internacionalista* n° 21 ("A burguesia imperialista é a responsável, e as burocracias estalinistas favorecem o genocídio palestino"), assinalamos que o genocídio palestino-libanês é parte dos planos do imperialismo "para erguer novas fronteiras nacionais". E que a colonização militar e a limpeza étnica praticadas pelo sionismo são um de seus instrumentos para impor esses objetivos. E que essa ofensiva imperialista se choca contra os estados operários degenerados e os governos aliados a eles, configurando o choque mundial entre as forças produtivas capitalistas com as forças produtivas baseadas na propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias. Os governos burgueses árabes refletem esses interesses e choques, por meio de sua política exterior e de suas medidas diante do holocausto palestino. Focamos neste texto, particularmente, naqueles países árabes que ainda que denunciando o genocídio, continuam a sustentá-lo, mantendo rela-

ções com o estado de Israel.

Um caso emblemático para a mudança radical, da inicial (e incondicional) resistência à colonização sionista, para uma posição de cumplicidade com o genocídio palestino, é o Egito. Em 1973, junto da Síria e apoiado pela Jordânia, lançou uma ofensiva militar surpresa contra Israel. O então presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, afirmou: "A batalha contra Israel será geral, e o nosso objetivo principal é sua destruição". Não avançou em seu objetivo, porque se chocou de frente com o apoio imperialista a Israel e com a decisão do estalinismo de não apoiar os países árabes contra Israel, visando a manter sua "coexistência pacífica" com o imperialismo. Após a derrota das forças nacionalistas árabes na *Guerra dos Seis Dias*, e passadas décadas de progressiva subordinação ao imperialismo, se estabeleceu entre a burguesia e as Forças Armadas egípcias uma posição favorável às negociações com o sionismo. O Egito militarizou suas fronteiras com Gaza,aju-

dando Israel a fazer de Gaza um campo de concentração. Os portos do país e o Canal de Suez, hoje, garantem a livre passagem de petróleo, bens e armas para Israel. Só após o 7 de outubro de 2023, o comércio chegou a 1,833 bilhões de dólares (US\$ 155 milhões em exportações e US\$ 1,728 bilhões em importações). As taxas cobradas pelo transporte marítimo e a logística portuária levam a elevados lucros para a burguesia, a burocracia e o alto comando do Egito, que se tornam cúmplices do genocídio. Pelo Canal de Suez, também passam os navios imperialistas e israelenses que ameaçam o Irã e atacam os houthis, que combatem junto aos palestinos. Não é por acaso que o governo genocida de Netanyahu qualificou esse país como "não hostil", ou seja, um apoio para romper seu isolamento.

O comércio de Israel com Egito, Jordânia, Marrocos, Emirados Árabes Unidos e Bahrein cresceu 12%, desde o 7 de outubro do ano passado, representando um total de 3,5

continua →

bilhões de dólares. No caso jordaniano, foram reduzidas as exportações para Israel, mas cresceram 45% as importações deste país para a Jordânia. Após derrota da *Guerra dos Seis Dias*, a monarquia da Jordânia abandonou toda pretensão de resistir à colonização imperialista-sionista. Hoje, é um dos maiores apoios de Israel no mundo árabe. Dispôs de, por exemplo, suas defesas antiaéreas para derrubar mísseis lançados pelo Irã contra Israel. Nos fatos, o país serve de “território tampão” contra o Irã e milícias iraquianas, e até contra seu ex-aliado na *Guerra dos Seis Dias*, a Síria. Eis o resultado do *Acordo Wadi Arábia*, assinado em 1994 entre Jordânia e Israel. Nos papéis, se previa que nenhum país usaria seus territórios e soberania para alimentar os conflitos internos e externos dos assinantes. O então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, e o rei da Jordânia, Hussein bin Talal, diziam querer “pacificar suas relações”, após anos de enfrentamento. Israel nunca cumpriu o acordo, porém a Jordânia foi obrigada a fazê-lo. Essa subordinação se traduz hoje na cumplicidade da monarquia peran-

te o genocídio promovido pelo imperialismo e sionismo, e na limpeza ética na Cisjordânia, onde muitos palestinos têm cidadania jordaniana. O “acordo da vergonha”, como é chamado pelas massas jordanianas e árabes, serve ao sionismo, para usar o espaço aéreo soberano da Jordânia a fim de atacar o Irã, Líbano, Síria e Iraque. O sangue derramado nesses países suja a monarquia e a burguesia parasitária jordaniana, que se curvou completamente perante o sionismo e o imperialismo.

Oman é outro dos países árabes em vias de “normalizar” suas relações com Israel. Desde antes do dia 7 de outubro de 2023, assumiu uma posição de “neutralidade”. Apoiava a criação de um estado palestino “independente”, o que considera um pré-requisito da “normalização” de relações com Israel. Mas, não defende o direito dos palestinos conquistarem sua autodeterminação na luta contra o estado genocida. Pretende influir na sua criação por meio de acordos com o sionismo, que preservem seus interesses comerciais. Na prática, a máscara da “neutralidade” acoberta sua inação cúmplice perante

o genocídio, e sequer se sustenta, em face da aprovação no Parlamento israelense da lei que nega o direito dos palestinos a terem seu estado. Israel irá antes se apossar da Palestina, cumprindo seu plano de extermínio e limpeza étnica. Apesar disso, Oman não mudou sua posição de “neutralidade”, o que equivale – em meio ao holocausto – a manter mais um apoio externo ao sionismo genocida.

O príncipe herdeiro do reino da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, denunciou o genocídio. Porém, é um “parceiro confiável” dos Estados Unidos, em seu objetivo de controlar a região e manter o Irã isolado. O “pacto de defesa” mútua fez da monarquia um peão no jogo diplomático do imperialismo, para romper o isolamento de Israel. A profunda dependência saudita do armamento e tecnologia norte-americana impede, ainda que queira, de se chocar com Israel, sem correr o risco de ver suas armas, aviões e mísseis sofisticados serem desativados remotamente a partir dos EUA. O reino saudita é inimigo dos houthis, que são aliados do Irã, e que apoiam o Hamas no combate ao genocídio, por meios militares. Se, de um lado, Arábia Saudita denuncia o genocídio, de outro, mantém relações com os EUA por bilhões de dólares em armas que, por sua vez, permitem que se invista parte desses montantes para produzir novas armas para Israel. O “faz de conta” da monarquia em relação à Palestina favorece os planos do imperialismo e do sionismo, que precisam dessas relações para ter acesso ao petróleo e manter um bloqueio contra o Irã.

Os Emirados Árabes Uni-

dos (EAU) também “normalizaram” suas relações com Israel. Para o pequeno e rico principado, manter relações com os sionistas “predispõem” esses a serem mais acessíveis a uma “solução dos dois estados”. Ao mesmo tempo que permite ao pequeno país desempenhar um papel diplomático relevante na região. Ora, o Parlamento sionista NUNCA reconhecerá o direito a existência do estado palestino, e continua com o genocídio palestino. Os EAU revelaram sua cumplicidade com Israel, garantindo que por seus portos se descarreguem as mercadorias e armas para Israel para romper o bloqueio houthi. Coproduz armas junto a Israel, que são testadas nas cabaixas palestinas. Enquanto isso, cinicamente, continuam enviando “ajuda humanitária” a Gaza, para equacionar o descontentamento das massas pela sua “convivência pacífica” com os genocidas. Isso ainda explica sua “indiferença hostil” com o Hamas e seu apoio político à traidora Autoridade Nacional Palestina (ANP). Assim como a Arábia Saudita, os EAU são cúmplices do holocausto palestino e um de seus diretos financiadores e apoiadores.

Um caso paradoxal é o do Qatar, que mantém uma relação com o Hamas e denuncia os crimes de Israel. No país, inclusive, residiam as principais lideranças do Hamas. Ali se realizavam suas negociações com Israel pelo cessar-fogo. Milhares de palestinos também moram no país, que ainda é responsável por pagar parte dos salários de médicos, professores, técnicos e especialistas de Gaza, num total de um bilhão de dólares. Nos últimos anos, o reino entrou também na esteira da “acomodação” das feudais-bur-

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a RUSSIA HOJE

A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais e econômicas do **Estado Operário Degenerado**, apesar da **burocracia contrarrevolucionária**

Adquira com nossos militantes!



Esse novo fato da situação política demonstra que **o cessar-fogo de 60 dias entre Israel e Hezbollah esta servindo à ofensiva belicista norte-americana, sionista e turca para ampliar o genocídio palestino**, consumando parte do plano da colonização de todas as terras na Palestina e da Síria (Turquia), o que significa agir para que a resistência palestina seja esmagada pelos genocidas.

guesias árabes aos interesses imperialistas e sionistas, apesar de seu emir, Tamim bin Hamad Al-Thani, denunciar o genocídio. Em certa medida, a situação do Qatar se assemelha à da Turquia, que congelou relações diplomáticas, embora mantenha relações comerciais com Israel por meio da Grécia, que exporta para Israel as importações da Turquia. É importante para os EUA, o Qatar manter suas relações com o Hamas para condicionar os acordos, para que sirvam a Israel e obriguem o Hamas a retroceder.

A maioria dos países árabes convergem com o objetivo do imperialismo de impedir o isolamento de Israel. Manter relações com esse é permitir aos EUA e aos sionistas agirem livremente para impor seus interesses na região contra os próprios países árabes. É o que acontece agora na Síria, onde milícias apoiadas pelos EUA e Israel agem junto de milícias pró-turcas (Exército Nacional Sírio, THS, Al-Adlib etc.) para tomar territórios fronteiriços com o Líbano, enfrentando as forças sírias, ucranianas e russas, objetivando cortar as rotas de suprimentos desse país para Hezbollah, ocupar territórios para destruir a soberania síria e, em última instância, derrubar Al-Assad e expulsar a Rússia e Irã, ajudando ao cerco bélico sobre esses países. É um plano orquestrado para em Washington e Tel Aviv, que dando certo, permitirá ao sionismo reco-

meçar a guerra com Líbano, colonizar o norte de Gaza e enfraquecer Irã e Rússia.

Esse novo fato da situação política demonstra que o cessar-fogo de 60 dias entre Israel e Hezbollah esta servindo à ofensiva belicista norte-americana, sionista e turca para ampliar o genocídio palestino, consumando parte do plano da colonização de todas as terras na Palestina e da Síria (Turquia), o que significa agir para que a resistência palestina seja esmagada pelos genocidas. Turquia revelou sua real face ao se comprometer na ofensiva “rebelde” contra o governo sírio ao lado do sionismo e dos EUA. Assim como demonstrou sua postura ao continuar comercializando com Israel via portos da Grécia.

A virada de todos esses países da resistência e enfrentamento ao sionismo para a de sua subserviência perante esse hoje, foi se firmando com os Acordos de Paz de Oslo, entre a ANP e Israel, antes disso com o “Tratado de Paz” entre Egito e Jordânia com Israel (1978 e 1994 respectivamente), e seguiram os “Acordos de Abraham”, em 2022, entre Israel com Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Qatar. Esse percurso histórico mostrou a impotência das burguesias nacionalistas árabes para combater e derrotar a colonização sionista e romper com a opressão imperialista. Na raiz dessa impotência acha-se a formação dos países e economia ára-

bes submetidos à divisão mundial do trabalho imperialista, que lhes negou sua industrialização e agravou seu atraso, os fazendo dependentes dos investimentos de capital imperialista e das exportações de energia para sobreviver. A essa estruturação histórica viria se combinar a política imperialista de apoiar as disputas religiosas e tribais, aprofundando assim sua divisão e isolamento uns dos outros, facilitando o imperialismo agir por cima das fronteiras nacionais para esmagar as revoltas nacionalistas e submeter os países aos ditames de seus monopólios. Isso explica as declarações contra Israel enquanto mantém sua cumplicidade com o genocídio e os massacres.

Síria está sob ataque do imperialismo e do sionismo há décadas e é incapaz de prestar qualquer ajuda direta aos palestinos e libaneses por depender em suas movimentações e medidas da burocracia russa. Essa interveio para sustentar seu governo na guerra civil, e assim impedir sua derrubada. Porém, a burocracia procura chegar a um acordo com o imperialismo que preserve seus interesses na região, e não uma guerra regional. O Irã é o único país que revidou Israel e apoia militarmente Hamas, Hezbollah e os houthis. Mas, tampouco pode ir além de uma ajuda militar limitada porque a burocracia russa limita o regime teocrático em suas respostas para não abrir um novo front militar

contra o imperialismo.

Assim como a maioria das monarquias e governos burgueses árabes jogam um papel de suporte e cumplicidade com o holocausto palestino, assim também as massas desses países podem jogar um rol revolucionário na luta pela derrota do sionismo e do imperialismo. São os explorados e oprimidos da região e do mundo todo, que não têm qualquer interesse com a continuidade do genocídio, a única força capaz de combater ao lado dos palestinos e libaneses pela sua real autodeterminação. Para isso é preciso que se revoltem contra seus governos e monarquias, derrubando-as do poder e, assim, prestando todo o seu apoio para libertar a Palestina. Nas potências imperialistas, é a classe operária que cumpre o papel mais relevante na derrota dos inimigos e carneiros dos povos e das nações árabes realizando greves, bloqueios e boicotes contra a indústria bélica e a burguesia imperialista. A via da vitória das massas palestinas e libanesas reside nessa unidade da luta anti-imperialista com a anticapitalista. É com esse objetivo que a vanguarda com consciência de classe mundial deve agir e se organizar sob o programa da revolução e ditadura proletárias, e combater ao lado dos oprimidos (sem apoiar o programa e métodos de suas direções), sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. ●

Peru

Dois anos do golpe institucional contra Castillo

O governo preposto aumenta a centralização política e a militarização dos conflitos sociais

Organizar e unificar nacionalmente a luta das massas oprimidas contra o governo e os ataques da burguesia nacional e do imperialismo

Cumpram-se dois anos do golpe institucional que derubou Pedro Castillo, no dia 07 de dezembro de 2022, que foi eleito presidente em 2021, e tentou realizar um contragolpe e dissolver o Congresso para evitar seu impeachment. O Congresso revidou no mesmo dia, aprovando sua destituição, com sua prisão, um dia depois. As Forças Armadas e os EUA apoiaram ativamente o golpe. Dina Boluarte, então vice-presidente, passou a comandar um governo preposto, apoiada no Congresso, nas forças armadas e nos EUA. Passados dois anos do golpe, a burguesia impôs um acelerado processo de reformas constitucionais, legais e judiciais, visando a aumentar a centralização política das instituições, e reprimir as massas.

O Congresso aprovou uma reforma constitucional para retomar o funcionamento bicameral. A partir das próximas eleições, em 2026, aumentará de 130 para 190 o número de congressistas: 60 senadores e 130 deputados. Esse projeto veio “atado” a outra “emenda”, que habilita a “reeleição” de parlamentares, anulando o artigo 90/A, que impedia a reeleição por mais um período de forma seguida. Essas medidas se orientam a favorecer os partidos direitistas no controle das verbas e projetos, em troca de leis favoráveis aos monopólios estrangeiros e à burguesia nacional. Quanto

mais se favorecem esses interesses, mais dinheiro haverá para as campanhas, e será mais fácil a esses parasitas se apossar de recursos, sem serem ameaçados por processos penais. Mas, para isso, devia ser modificada a atual composição do judiciário, e reprimir a luta das massas. Também foram aprovadas as leis de: **1)** tipificação das ações radicalizadas das massas como “terrorismo urbano”; **2)** prescrição dos crimes de “Lesão Humanidade”; **3)** dissolução da Junta Nacional de Justiça (JNJ), encarregada de eleger juizes e magistrados, criando, em seu lugar, a Escola Nacional da Magistratura, sob controle do Congresso; e **4)** redução da imputabilidade penal para os 16 anos. Essa virada reacionária é acompanhada pela aprovação de uma lei que caracteriza o amor homossexual e a livre escolha sexual como “doenças mentais”. O governo golpista ergue um estado policial, visando a reprimir os bloqueios de ruas, ocupação de prédios e empresas, etc., com penas de 10 a 15 anos de prisão. É bom assinalar que essas leis se baseiam na Constituição de 1993, aprovada sob a ditadura assassina e reacionária de Alberto Fujimori.

Há meses, houve uma reunião entre o governo peruano e os EUA, que criou um “grupo de trabalho” para lutar contra o “crime organizado transnacional”, que permitirá a presença de tropas norte-americanas dentro do país. Um exemplo foi a presença de 600 militares dos EUA, helicópteros e aviões durante a 36ª Cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico/APEC (10 a 16 de novembro). Também foi assinado o *Acordo de Promoção Comercial* entre o Peru e os EUA. O objetivo desse acordo é conter a China. Como o Equador, o Peru também aderiu à Rota da Seda. O Equador aumentou a exportação de produtos para a China, e no Peru foi inaugurado um gigantesco terminal portuário com investimentos chineses, como ponto

O Equador aumentou a exportação de produtos para a China, e no Peru foi inaugurado um gigantesco terminal portuário com investimentos chineses, como ponto de distribuição de mercadorias e bens que partam da Bolívia, Equador e Peru para a China. Está nos planos chineses financiar uma ferrovia que atravesse diversos países, se conectando ao porto recém-inaugurado. O crescimento da influência chinesa preocupa os EUA, que pretende manter sob controle o continente.

de distribuição de mercadorias e bens que partam da Bolívia, Equador e Peru para a China. Está nos planos chineses financiar uma ferrovia que atravesse diversos países, se conectando ao porto recém-inaugurado. O crescimento da influência chinesa preocupa os EUA, que pretende manter sob controle o continente. Mas, a burocracia chinesa pode inundar os mercados e países com gigantescas quantias de capitais (graças à elevada produtividade e tecnologia alcançada sobre a base da economia nacionalizada e de uma força de trabalho superexplorada) com as quais os Estados Unidos (em retrocesso industrial e produtividade decrescente) não conseguem concorrer. Restam-lhe então a pressão militar e o poder de manejar as finanças mundiais, por intermédio do dólar e da força militar,

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!

para pressionar os governos a não se submeterem à China.

Um terço da população peruana acha-se abaixo da linha da pobreza. Nos grandes centros urbanos, a pobreza triplicou seus indicadores em cinco anos, e 4 de cada 10 pessoas passará fome, até fins de 2024. 1,8 milhões de pessoas, que nas estatísticas eram classificadas como “classe média”, caíram na pobreza entre 2019 e 2023. 31% a mais dela está ameaçada de cair na pobreza em 2025. A terceirização deu um salto à frente, enquanto o poder de compra dos salários fica menor, com cada aumento nos índices inflacionários. Isso empurra objetivamente as massas para as ruas, com manifestações e greves. Caminhoneiros, operários da construção civil e funcionalismo já enfrentaram nas ruas o governo preposto, nestes dois anos. Também houve setores das massas que saíram às ruas para exigir medidas mais duras contra o crime. Roubos, seques-

tros, extorsões se constituíram em uma lucrativa indústria de um setor da burguesia criminoso, que sangra a pequena burguesia e assalariados, mas enriquece um setor da burocracia estatal e da burguesia peruana, que intermediam a lavagem de dinheiro do crime.

A experiência destes últimos anos demonstrou que a democracia burguesa nunca serviu – e nunca servirá – às massas para conquistar suas reivindicações, nem para decidir a política do governo que elegem. É por meio dessa democracia formal que são trucidadas suas condições de vida, e seus direitos regridem violentamente. Foi contra essa decomposição da democracia burguesa, e em defesa de suas condições de vida, que as massas se insurgiram há cinco anos, derrubando cinco governos, e abrindo uma crise pré-revolucionária no país. Castillo surgiu como um desvio eleitoral para a crise institucional, e, pela ausência de uma direção revolu-

cionária, conseguiu arrastar as massas, e impediu que a insurreição das massas abrisse caminho para o seu poder próprio. Quando Castillo abandonou suas promessas eleitorais de reformas e adotou o plano da direita, se viu contestado nas ruas pelos mesmos que nele confiaram. A solução burguesa do golpe para a crise reconstituiu conjunturalmente a governabilidade burguesa, mas agravou as condições objetivas que levaram as massas a se revoltarem em 2020, e, mais uma vez, serão obrigadas a retomar a luta de classes. Voltarão a ser colocadas as condições para que o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias se fortaleça em meio à luta dos explorados e oprimidos. É preciso organizar a luta unitária e nacional dos explorados, sob um plano unitário de reivindicações, e assim avançar na construção do partido que liderará a maioria nacional oprimida contra a burguesia nacional e o imperialismo. ●

Fracassa tentativa de Golpe na Coreia do Sul



No dia 03/11, o presidente Yoon Suk Yeol decretou estado de sítio na Coreia do Sul, com apoio de um setor das Forças Armadas. Yeol impôs a lei marcial, suspendeu as garantias e liberdades constitucionais e fechou o Congresso, para proteger o país das “forças comunistas” e da desestabilização. O certo é que pretendia abortar uma nova possibilidade de impeachment contra o governo, e romper o impasse entre o Gabinete de Governo e a oposição (que controla o Congresso) ao redor do orçamento. Horas depois, apoiada por uma mobilização popular, a oposição e outros partidos furaram o bloqueio militar e, ocupando o Congresso, aprovaram o fim da lei marcial e a abertura de um novo processo de impeachment contra Yoon Suk Yeol. Ministros apoiaram a decisão. Rejeitado por mais de 80% da população e sem condições de continuar a aventura golpista, Yeol retirou a lei marcial e seus ministros renunciaram. Manifestações nas ruas pedem a renúncia do presidente. Os EUA mantiveram silêncio durante todo esse dia.

A tentativa de golpe pretendeu impor a centralização ditatorial das

instituições em meio à grave crise política e econômica, marcada pela ascensão e massificação das greves operárias deste ano. A decomposição da democracia formal sul-coreana é parte da desagregação das instituições burguesas pelo mundo afora. Desde a criação da República, na década de 1960, a Coreia do Sul foi marcada por diversos golpes e ditaduras. Entretanto, nas condições em que Coreia do Norte fechou um acordo de “defesa mútua” com a Rússia contra quaisquer ameaças, a ênfase sobre a “ameaça comunista” indica que o golpe é condicionado também pelo agravamento das contradições mundiais e das tendências bélicas, como mostramos no Editorial Internacional publicado neste jornal.

A Coreia do Sul é subserviente às imposições norte-americanas. A Coreia do Sul tem 20 mil soldados estadunidenses alojados em bases militares no país. Muitos protestos de massas têm denunciado essa condição subalterna do país aos EUA. O governo burguês pró-imperialista é uma peça importante para os EUA em seu cerco contra a Coreia do Norte e a China. Em caso de um choque

com a China, e que arraste a Coreia do Norte, é provável que se retomem as tendências de centralização ditatorial e militarização do país, como já aconteceu por diversas vezes, desde a Guerra da Coreia. Nesse sentido, o golpe expressa as contradições internas do país, e as tendências desagregadoras impulsionadas pelo imperialismo por toda a Ásia.

As lutas dos explorados e da juventude sul coreanas deve se orientar contra sua burguesia subserviente e ao imperialismo, e sempre na trincheira oposta ao imperialismo em toda parte. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquirir com nossos militantes!

Contradições da economia chinesa

 No início de novembro, o governo chinês aprovou um pacote de cerca de US\$ 1,4 trilhão, para que os governos locais refinanciassem suas dívidas. A medida não foi bem recebida pelos “mercados”, que esperavam um pacote maior, que ultrapassasse os US\$ 2 trilhões. A medida também resultou em uma baixa no valor de commodities, como ferro, que vêm caindo ao longo do ano. A demanda interna da China, a partir da produção de aço, tem diminuído com o enfraquecimento da indústria de construção (com a crise imobiliária). Ao mesmo tempo que se apresenta esse quadro, que reflete as contradições internas do desenvolvimento das forças produtivas no interior do país, a nação fechou o mês de outubro com um recorde no superávit comercial (relação entre importações e exportações).

Nos dez primeiros meses de 2024, o superávit chegou a US\$ 785 bilhões, devendo ultrapassar US\$ 1 trilhão até o final do ano. Esse resultado coloca o país como o maior exportador em relação a mais de 170 países, com resultados positivos em relação aos EUA e à Europa, por exemplo. Com isso, aumentam as pressões para que as taxas alfandegárias barrem os

produtos chineses, intensificando a guerra comercial em curso.

Seguindo os EUA, a União Europeia também aprovou, no final de outubro, por maioria, o aumento da taxa de carros elétricos vindos da China. O país imediatamente retaliou o bloco, suspendendo a construção de fábricas em território europeu (Alemanha e Itália). Perderam-se, com isso, mais de € 3,8 bilhões em investimentos, e milhares de postos de trabalho. A Alemanha buscou se opor à medida de aumento de taxa, mas foi vencida por outros países. A economia alemã já vem sofrendo com a recessão, o aumento dos custos de produção (em virtude da Guerra na Ucrânia) e a crise industrial (com possível fechamento de fábricas do importante setor automobilístico).

Como se percebe, o entrelaçamento entre as maiores economias do globo fazem ressaltar conflitos e contradições. Há uma contradição no interior do Estado operário degenerado chinês, comandado pelo burocrático Partido Comunista, que desenvolve as mais poderosas forças produtivas mundiais, centralizadas pela propriedade nacional/estatizada, e vê essas forças produtivas sendo encarceradas pelo

estreitamento do mercado interno, pela exploração assalariada e pelas fronteiras nacionais, o que o obriga a buscar novos territórios e mercados, como tem feito na Ásia, na África e, mais recentemente, na América Latina. Essa necessidade de expansão da gigante economia asiática entra em conflito com os interesses imediatos de frações capitalistas pelo mundo, que fecham suas fronteiras, negando os pressupostos do “livre mercado”, tão defendido pelos países imperialistas.

Ao mesmo tempo, há uma contradição de fundo entre as formas de propriedade, a que prevalece nos países capitalistas e a que está nos Estados operários degenerados, que realizaram a revolução proletária (como Rússia e China). A propriedade burguesa não pode se expandir, atua para destruir forças produtivas e reconcentrar mercados e capitais, como se vê nas tendências bélicas. A propriedade nacional/estatizada se manifesta como expansão de forças produtivas que procuram abrir os mercados para seu expansionismo, como se vê claramente nos projetos da China (e mesmo da Rússia) na África e América Latina (criação de portos, ferrovias, aumento da extração de miné-

rios, matérias-primas e alimentos).

Os países imperialistas não têm como manter o crescimento ou retomá-lo, se não se chocarem, cada vez mais, com a China. A guerra comercial é um imperativo para todas as frações burguesas imperialistas. No interior dessa guerra, gestam-se as tendências de choques diplomáticos e bélicos. No entanto, as contradições do próprio país, que realizou a revolução proletária, que estabeleceu a propriedade nacionalizada como seu maior fruto, e que se apoia em planejamento e centralização político-econômica, colocam limites para o choque com os países capitalistas.

A burocracia do Partido Comunista Chinês busca conciliar com frações imperialistas e não pode se chocar amplamente com setores capitalistas internos, ainda que os controle. Mais do que nunca, verifica-se a atualidade do programa da Revolução Política, a necessidade de que a classe operária chinesa derrube a burocracia do poder e tome a economia em suas mãos, restabelecendo os elos da revolução proletária nacional e faça avançar a revolução socialista mundial, que poderá superar as contradições e conflitos atuais. ●

